



MANUAL DA EMBRAPA PARA CADASTRAMENTO DE ATIVIDADES NO SISGEN

Embrapa

Fotos da Capa

Luiz Eduardo Meneguetti , Luiz Gonzaga Pinto de Queiroz, Luiz Henrique Magnante, Ronaldo Rosa (BME, Embrapa 2017)



MANUAL DA EMBRAPA PARA CADASTRAMENTO DE ATIVIDADES NO SISGEN

Autores:

Rosa Miriam de Vasconcelos
Fábio Silva Macêdo
Amanda Rodrigues Martins Freire
Anna Thaís Gomes Maroni Dias

Dezembro/2017

Conteúdo

I. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O ESCOPO DA LEI Nº 13.123, DE 2015	7
II. CADASTRO DE USUÁRIO E HABILITAÇÃO DE VÍNCULO.....	12
III. CADASTRO DE ATIVIDADE DE ACESSO	13
1. Tipo de usuário.....	13
2. Responsável pelo Cadastro	13
3. Objeto do Acesso	14
4. O acesso foi realizado antes de 17/11/2015 ou obteve autorização de acesso antes de 17/11/2015?	15
5. Finalidade do acesso: selecionar a finalidade do acesso, considerando-se as opções mostradas abaixo:	19
6. As atividades objeto deste cadastro são baseadas em outras atividades de acesso realizadas anteriormente?	19
7. Este cadastro está vinculado a cadastro anterior de remessa?	20
8. Equipe	21
9. Sobre o componente do patrimônio genético acessado	21
10. Sobre o Conhecimento Tradicional Associado acessado.....	37
11. Parceria com instituição nacional	45
12. Parceria com instituição sediada no exterior	46
13. Envio de amostra que contenha patrimônio genético ao exterior	46
14. Resultados obtidos.....	50
15. Termos de uso	54
16. Consulta às atividades cadastradas.....	54
IV. CADASTRO DE REMESSA.....	56
1. Tipo de usuário	56
2. Responsável pelo Cadastro	56
3. Esta remessa foi realizada em data anterior a 17/11/15?	57
4. Este cadastro está vinculado a cadastro anterior de acesso?	58
5. Termo de Transferência de Material:	59
6. Atividades de acesso no exterior	59
7. Sobre o componente do patrimônio genético a ser remetido.....	60
8. Instituição destinatária no exterior	76
9. Termos de uso	77
10. Consulta às remessas cadastradas.....	78

V. CADASTRO DE NOTIFICAÇÃO	79
1. Tipo de usuário	79
2. Responsável pelo Cadastro	80
3. Número de Cadastro de Acesso/Remessa	80
4. Tipo de produto para Notificação:.....	81
5. Identificação comercial do produto e Classificação NCM do Produto:	88
6. Setor de aplicação e abrangência da comercialização do Produto Acabado ou Material Reprodutivo	88
7. Registro, ou equivalente, em órgão de controle	89
8. Indicação da data prevista para início da comercialização e se o produto permanecerá sendo explorado economicamente	89
9. Termos de uso.....	90
10. Consulta às Notificações cadastradas	91
VI. CREDENCIAMENTO DE COLEÇÃO EX-SITU	92
1. Tipo de usuário	92
2. Coleção ex situ e Grupos Taxonômicos Coleccionados	93
3. Adicionar Tipo de Amostra Conservada:	93
4. Adicionar Curador.....	94
5. Termos de uso	94
6. Consulta aos Credenciamentos cadastrados:	95



I. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O ESCOPO DA LEI Nº 13.123, DE 2015

A) Análise e enquadramento de projetos e atividades no escopo da Lei nº 13.123, de 2015

Antes de acessar o **Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento tradicional Associado (SisGen)**, o usuário deve verificar se o projeto ou atividade envolverá o uso de patrimônio genético incluído no escopo da [Lei nº 13.123, de 2015](#).

“O SisGen é mantido e operacionalizado pela Secretaria-Executiva do CGen, e apresenta interface que possibilita ao usuário:

- a. Cadastrar acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado;
- b. Cadastrar envio de amostra que contenha patrimônio genético para prestação de serviços no exterior;
- c. Cadastrar remessa de amostra de patrimônio genético;
- d. Notificar produto acabado ou material reprodutivo; v) Solicitar autorização de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e de remessa ao exterior;
- e. Solicitar credenciamento de instituições mantenedoras das coleções ex situ que contenham amostras de patrimônio genético;
- f. Obter comprovantes de cadastros, de remessa e de notificações;
- g. Obter certidões do procedimento administrativo de verificação; e
- h. Solicitar atestados de regularidade de acesso.

Conforme a **Resolução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2017**, essa análise e enquadramento é de responsabilidade do Chefe Geral da Unidade, mediante suporte técnico do Comitê Técnico Interno (CTI).

Nesse sentido, o Comitê Técnico Interno (CTI), deve, inicialmente, identificar, individualmente, as atividades que envolvam a utilização de amostras de patrimônio genético incluído no escopo da referida lei, ou seja, amostra de:

- **Espécies vegetais e animais encontrados em condições in situ do Brasil;**
- **Espécies vegetais e animais encontrados em condições ex situ desde que tenham sido obtidas em condições in situ do Brasil;**
- **Microrganismo isolado a partir de substrato coletado no território nacional, do mar territorial, da zona econômica exclusiva ou da plataforma continental;**
- **Variedade tradicional local ou crioula;**
- **Raça localmente adaptada ou crioula.**

Ainda neste contexto, deve-se considerar o disposto na Instrução Normativa MAPA nº 23, de 14/06/2017, a qual apresenta a lista de referência de espécies vegetais domesticadas ou cultivadas que foram introduzidas no território nacional, destacando aquelas que não integram o patrimônio genético brasileiro, assim como

variedade introduzida no território nacional que adquiriu propriedades características distintivas no País e que, portanto, é considerada patrimônio genético encontrado em condições in situ no território nacional (cultivar de azevém (*Lolium multiflorum* Lam.) Empasc 304 - Serrana).

No caso de dúvidas em relação à origem de outras espécies vegetais não mencionadas na Instrução Normativa MAPA nº 23, de 14/06/2017, sugerimos que seja consultada a Lista das Espécies da Flora do Brasil do Jardim Botânico do Rio de Janeiro disponível no seguinte link: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br>.

No que se refere às variedades tradicionais locais ou crioulas e das raças localmente adaptadas ou crioulas, as listas de referência deverão ser publicadas por meio de ato conjunto do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No entanto, tais listas não foram publicadas até o presente momento.

De todo modo, apresenta-se a seguir uma **lista não oficial** de algumas raças que poderão ser incluídas na listagem de referência de **“raças localmente adaptadas ou crioulas”**.

Raças localmente adaptadas ou crioulas – LISTA NÃO OFICIAL	
Asinino Nordestino	Equino Baixadeiro
Asinino Paulista	Equino Campeiro
Bovino Caracu	Equino Lavradeiro
Bovino Crioulo Lageano	Equino Marajoara
Bovino Curraleiro-Pé Duro	Equino Nordestino
Bovino Junqueira	Equino Pantaneiro
Bovino Mocho Nacional	Equino Puruca
Bovino Pantaneiro	Ovino Barriga Negra
Bubalino Carabao	Ovino Bergamácia
Bubalino Tipo Baio	Ovino Cariri
Caprino Azul	Ovino Crioulo Lanado
Caprino Canindé	Ovino Morada Nova
Caprino Gurguéia	Ovino Rabo Largo
Caprino Marota	Ovino Santa Inês
Caprino Moxotó	Suíno Moura
Caprino Repartida	

Caso venha a ser constatado o uso de amostras de patrimônio genético incluído no escopo da Lei nº 13.123/2015, o CTI deve dar prosseguimento à análise, considerando as seguintes diretrizes:

- Identificar, de forma individualizada, as atividades constantes do projeto que envolvem acesso ao patrimônio genético ou acesso ao conhecimento tradicional associado de origem identificável ou não;
- Identificar, de forma individualizada, as atividades nas quais há previsão de envio ou remessa de amostras para o exterior;

- c) Enquadrar as atividades do projeto no conceito de “pesquisa” e “desenvolvimento tecnológico”, a fim de realizar o cadastro ou requerer autorização junto ao SisGen somente para uma das fases ou para ambas, simultaneamente;
- d) Identificar os documentos necessários para o cadastro ou pedido de autorização junto ao SisGen;
- e) Identificar previsão de execução de atividade de acesso ou remessa em áreas indispensáveis à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou em águas jurisdicionais brasileiras, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva; e
- f) Verificar se há previsão de participação de pessoa física ou jurídica estrangeira.

Orientações CAR/SNE:

Sigilo de Informações – Como regra, os cadastros de usuários serão considerados sigilosos por conterem eminentemente informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Nos demais cadastros (acesso, envio e remessa), a princípio as informações serão consideradas públicas, exceto aquelas também classificadas como informação pessoal ou quando solicitado pelo usuário o resguardo de sigilo previsto na legislação vigente. Recomendamos que as Unidades sempre classifiquem os cadastros das atividades da Embrapa como sigilosos. Para tanto, será necessário solicitar o resguardo de sigilo, clicando no ícone do cadeado, que passará a ser um cadeado fechado e apresentará campo específico para apresentação do resumo não sigiloso e fundamentação legal do sigilo.

A Lei nº 13.123, de 2015, reconhece os seguintes fundamentos legais para concessão de sigilo

- Sigilo comercial – Lei nº 6.494, de 1976; Lei nº 10.406, de 2002; Lei nº 11.101, de 2005 e outras
- Sigilo Industrial – Lei nº 9.279, de 1996
- Imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado – Art. 23 da Lei nº 12.527, de 2011”

Ao finalizar um cadastro de acesso, um cadastro de remessa ou uma notificação de produto acabado ou material reprodutivo no SisGen, inicia-se automaticamente o procedimento administrativo de verificação, nos termos da Seção VII do Decreto nº 8.772, de 2016. O procedimento administrativo de verificação possui duração de 60 dias, período no qual a Secretaria Executiva do CGen poderá identificar irregularidades nos cadastros ou notificações ou os Conselheiros do CGen poderão apresentar requerimento de verificação de indícios de irregularidade. Caso sejam identificadas irregularidades ou apresentados requerimentos de verificação admitidos pelo Plenário do CGen, o sistema notificará por mensagem eletrônica o usuário para apresentar manifestação no prazo de 15 dias e também informará o usuário na página inicial do SisGen. Por isso, deve-se atentar quanto à propriedade e veracidade das informações inseridas, notadamente quanto houver possibilidade de caracterização de acesso ao conhecimento tradicional associado, visto que a Lei nº 13.123, de 2015, prevê situações em que a impropriedade ou erro no fornecimento das informações poderá consistir de vício insanável, como, por exemplo, nas seguintes situações:

- Indicação no cadastro ou notificação apenas de acesso patrimônio genético e o CGen encontrar indícios de acesso ao conhecimento tradicional associado de origem identificável.
- Indicação no cadastro ou notificação apenas de acesso conhecimento tradicional associado de origem não identificável e o CGen encontrar indícios de acesso ao conhecimento tradicional associado de origem identificável.
- Obtenção de consentimento prévio informado em desacordo com as exigências legais.

B) Disposições Transitórias referentes a projetos e atividades executados entre 17/11/2015 e 06/11/2017

Deverão também ser cadastradas junto ao SisGen **até o dia 05/11/2018**, nos termos do Art. 118 do [Decreto nº 8.772, de 2016](#), as atividades realizadas com patrimônio genético e/ou conhecimento tradicional associado executadas **entre 17 de novembro de 2015 e 06 de novembro de 2017**, que resultaram no requerimento de qualquer direito de propriedade intelectual ou a divulgação de resultados, finais ou parciais, em meios científicos ou de comunicação. Além disso, deverá ser realizada a notificação de produto acabado ou o material reprodutivo desenvolvido em decorrência do acesso e que foi explorado economicamente.

C) Regras de transição e regularização

A Lei nº 13.123/2015 estabelece regras de transição do regime da Medida Provisória nº 2.186-16/2001 para o novo regime criado por ela criado, dispondo que:

- a) Os pedidos de autorização ou regularização de acesso e de remessa de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado que se encontravam em tramitação no dia 17 de novembro de 2015, data de entrada em vigor da Lei nº 13.123, de 2015, devem ser reapresentados ao SisGen pelo usuário ;
- b) As hipóteses de adequação e de regularização. Nesse particular a lei determina que:
 - i) **estão sujeitos à adequação:** as atividades de acesso e exploração econômica oriunda de acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado que foram realizadas entre 30 de junho de 2000 e a data de entrada em vigor da [Lei nº 13.123/2015](#) que foram realizadas de acordo com a [Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001](#). As autorizações de acesso emitidas durante a vigência da [Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001](#), serão cadastradas no SisGen pela Secretaria-Executiva do CGen, cabendo ao **usuário deverá validar** as informações das autorizações cadastradas no SisGen. Além disso, usuário deverá realizar a notificação, além do pagamento da repartição de benefícios devida, quando não o tenha feito na forma da Medida Provisória.
 - ii) **estão sujeitos à regularização:** as atividades de acesso e exploração econômica oriunda de acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado que foram realizadas entre 30 de junho de 2000 e a data de entrada em vigor da [Lei nº 13.123/2015](#) que foram realizadas **em desacordo** com a Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Para tanto, de acordo com a **Resolução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2017** o Chefe Geral de cada Unidade Descentralizada deverá constituir Grupo de Trabalho para adoção das providências necessárias para levantamento e regularização das atividades da Unidade executadas sem a prévia autorização exigida pela Medida [Provisória nº 2.186-16, de 2001](#).

A regularização, em qualquer uma das hipóteses previstas listadas acima, está condicionada a efetivação do cadastro do projeto ou atividade junto ao SisGen ou obtenção da respectiva autorização, conforme o caso, bem como repartição de benefícios, quando aplicável. Além disso, nos casos previstos nas alíneas “b” e “c” acima, será necessário firmar **Termo de Compromisso** com a União, representada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O processo administrativo visando à celebração de Termo de Compromisso pela Embrapa será instruído pelo Presidente do Grupo de Trabalho e encaminhado à SNE para emissão de Parecer Técnico. Logo após, os autos do processo administrativo deverão ser encaminhados para prévia análise e parecer jurídico, que em seguida remeterá os autos para Chefia-Geral ou Gerência-Geral da Unidade Descentralizada para assinatura do Termo de Compromisso, como representante legal da Embrapa.

Os instrumentos de Termo de Compromisso para fins de regularização de projetos e atividades foram aprovados pelo MMA por meio da [Portaria nº 422 de 06 de novembro de 2017](#), de acordo com as seguintes hipóteses:

[ANEXO I](#) – Acesso ao patrimônio genético - PG com exploração econômica e repartição de benefícios na modalidade não monetária.

[ANEXO II](#) – Acesso ao patrimônio genético - PG com exploração econômica e repartição de benefícios na modalidade monetária.

[ANEXO III](#) – Acesso ao conhecimento tradicional associado - CTA de origem não identificável com exploração econômica.

[ANEXO IV](#) – Acesso ao conhecimento tradicional associado - CTA de origem identificável com exploração econômica.

[ANEXO V](#) - Acesso e exploração econômica realizados por usuário com Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios - CURB ou Projeto de Repartição de Benefícios anuído pelo CGEN nos termos da MP nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

[ANEXO VI](#) - Acesso e exploração econômica realizados por usuário que se enquadre em um dos casos de isenção de repartição de benefícios previstos na Lei nº 13.123/2015; ou

[ANEXO VII](#) - Remessa, bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico sem exploração econômica.

Importante lembrar que art. 41 da Lei nº 13.123, de 2015, determina que a assinatura do Termo de Compromisso e o seu correto cumprimento, comprovado em parecer técnico, ensejará a não aplicação das sanções administrativas e a não cobrança de multas relacionadas com acesso ao patrimônio genético e a redução em 90% (noventa por cento) do valor da multa nos casos de acesso ao conhecimento tradicional associado.



II. CADASTRO DE USUÁRIO E HABILITAÇÃO DE VÍNCULO

O SisGen poderá ser acessado pelo endereço eletrônico: <https://sisgen.gov.br>, sendo que para acessar o sistema será requerida a instalação de um módulo de segurança.

O primeiro passo para ingressar no SisGen é cadastrar-se como pessoa física. No ato do cadastro além de apresentar seus dados pessoais, o usuário terá que indicar se é associado ou contratado por pessoa jurídica sediada no exterior e se possui vínculo com instituição nacional, conforme tela apresentada abaixo.

Pessoa Física

CPF:

*

Nome (Conforme CPF):

*

Possui currículo mantido na Plataforma Lattes?

Selecione ▼

*

Data de Nascimento:

*

Sexo:

Selecione ▼

*

Raça ou cor:

Selecione ▼

*

Nacionalidade:

Brasil ▼

*

País de Residência:

Brasil ▼

*

CEP:

*

Logradouro:

*

Número:

*

Complemento:

Bairro:

*

UF:

Selecione ▼

*

Município:

Selecione ▼

*

Telefone:

*

E-mail:

*

Confirmar E-mail:

*

É associado(a) ou contratado(a) por pessoa jurídica sediada no exterior?

Selecione ▼

*

Possui Vínculo com Instituição Nacional:

Sim ▼

*

Instituições:

Adicionar

*

* preenchimento obrigatório



Orientações CAR/SNE:

O cadastro institucional da Embrapa já foi efetivado pela CAR/SNE, que será responsável pela sua manutenção e atualização.

A habilitação de vínculo institucional permite ao usuário habilitado pelo representante legal efetivar cadastro de acesso, envio ou remessa, apresentar notificação e requer o atestado de regularidade. Na Embrapa serão habitados exclusivamente os empregados indicados na forma prevista na Resolução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2017.

O cadastro de usuário, assim como a senha, poderão ser alterados a qualquer momento mediante acesso ao menu localizado no lado esquerdo do SisGen.



III. CADASTRO DE ATIVIDADE DE ACESSO

1. Tipo de usuário

O primeiro passo para acessar o SisGen é cadastrar-se como pessoa física, mediante indicação de vínculo institucional com a Embrapa ([ver pág. 12](#)). Após esse procedimento, o sistema irá apresentar duas opções no campo “Tipo de Usuário”: “Independente” e “Embrapa”, sendo esta última a opção que deverá sempre ser selecionada no momento do cadastramento das atividades.

Cadastro de Atividade de Acesso

Tipo de Usuário:

Embrapa



* preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

Cadastro de acesso ou remessa de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado: Instrumento declaratório obrigatório das atividades de acesso ou remessa de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado.

Usuário: Pessoa física ou jurídica que realiza acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ou explora economicamente produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

2. Responsável pelo Cadastro

Este campo deve ser utilizado para indicar o nome da pessoa responsável pelo cadastro. Para ser indicado como responsável pelo cadastro, o empregado deve antes se cadastrar como pessoa física no SisGen e deve ter seu **vínculo institucional aprovado pelo Representante Legal** ([ver pág. 12](#)).

Responsável pelo cadastro

Adicionar +

CPF	Habilitado		
XXX.XXX.XXX-XX	Sim		

* preenchimento obrigatório



Orientações CAR/SNE:

Terão vínculo institucional aprovado junto ao SisGen pelo Representante Legal da Embrapa somente o Chefe Geral da Unidade e os empregados designados por ele para preencher o cadastro, de acordo com a Resolução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2017.

A Unidade líder do projeto e, consequentemente, responsável pelo cadastro das atividades de acesso deverá, de acordo com a Resolução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2017, indicar também como responsável pelo cadastro um representante da Unidade que vier a ser responsável pela exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo, quando for o caso.

3. Objeto do Acesso

Selecionar objeto do acesso, ou seja, informar se se trata de cadastro de acesso ao patrimônio genético, acesso ao conhecimento tradicional associado, ou ambos:

Objeto do Acesso:	<div>Selecione ▼ *</div>
--------------------------	--------------------------

* preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

Acesso ao Patrimônio Genético: pesquisa ou desenvolvimento tecnológico realizado sobre amostra de patrimônio genético.

Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado: pesquisa ou desenvolvimento tecnológico realizado sobre conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético que possibilite ou facilite o acesso ao patrimônio genético, ainda que obtido de fontes secundárias tais como feiras, publicações, inventários, filmes, artigos científicos, cadastros e outras formas de sistematização e registro de conhecimentos tradicionais associados.

Ao selecionar a opção correspondente, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações:

Patrimônio Genético	
Título da Atividade:	<input type="text"/> *
Título da Atividade em inglês:	<input type="text"/>
Resumo da atividade (incluindo objetivos e resultados esperados ou obtidos, conforme o caso)	<div><input type="text"/> * 🔒</div>
Resumo não sigiloso da Atividade em Inglês:	<div><input type="text"/></div>
Palavra(s)-chave:	<input type="text"/>
Palavra(s)-chave em inglês:	<input type="text"/>
Período das Atividades:	<div><div>Data Início: <input type="text" value="mm/aaaa"/></div><div>Data término: <input type="text" value="mm/aaaa"/> *</div></div> <div><input type="checkbox"/> Ainda não iniciado ou em execução</div>

* preenchimento obrigatório

4. O acesso foi realizado antes de 17/11/2015 ou obteve autorização de acesso antes de 17/11/2015?

Em relação a esse questionamento, o sistema apresentará as opções de seleção mostradas abaixo:

O acesso foi realizado antes de 17/11/2015 ou obteve autorização de acesso antes de 17/11/2015?	<div>Selecione ▼ *</div> <div>Não, com solicitação de autorização na vigência da Medida Provisória nº 2.186-16-2001</div> <div>Não, sem solicitação de autorização em tramitação</div> <div>Sim</div>
--	---

* preenchimento obrigatório

Opção 1 - **“Não, com solicitação de autorização em tramitação na vigência da Medida Provisória nº 2.186-16/2001”**: Ao selecionar esta opção o usuário estará indicando que, até o dia 17/11/2015, não tinha iniciado a execução das atividades, mas havia requerido a autorização de acesso junto ao CGEN ou instituições credenciadas (IBAMA, CNPq e IPHAN), na forma prevista pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001. Neste caso, será necessário informar o número do processo.

O acesso foi realizado antes de 17/11/2015 ou obteve autorização de acesso antes de 17/11/2015?	<div>Não, com solicitação de autorização em tr... ▼ *</div>
Número do Processo:	<input type="text"/> *

* preenchimento obrigatório

Opção 2 - **“Não, sem solicitação de autorização em tramitação”**: Ao selecionar esta opção o usuário estará indicando que, até o dia 17/11/2015, não tinha iniciado a execução das atividades e também que tinha requerido autorização durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

O acesso foi realizado antes de 17/11/2015 ou obteve autorização de acesso antes de 17/11/2015?	<div>Não, sem solicitação de autorização em tr... ▼ *</div>
--	---

* preenchimento obrigatório

Opção 3 - **“Sim”**: Caso essa opção seja selecionada, será questionado em seguida se **“Tem autorização de acesso?”**, sendo apresentadas as opções mostradas abaixo:

Tem autorização de acesso?	<div>Selecione ▼ *</div> <div>Selecione</div> <div>Sim – Autorização Prévia</div> <div>Sim – Regularização</div> <div>Não – Com solicitação em tramitação no CGEN antes de 17/11/2015</div> <div>Não – Sem solicitação em tramitação</div>
-----------------------------------	--

* preenchimento obrigatório

Opção 3.1 - “Sim – Autorização Prévia”: ao selecionar esta opção o usuário estará indicando que obteve a autorização exigida pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, junto ao CGEN ou instituições credenciadas (IBAMA, CNPq ou IPHAN). Por isso, serão requeridas informações sobre a autorização obtida, conforme tela abaixo:

Objeto do Acesso: Patrimônio Genético *

O acesso foi realizado antes de 17/11/2015 ou obteve autorização de acesso antes de 17/11/2015? Sim *

Tem autorização de acesso? Sim – Autorização Prévia *

Instituição que concedeu a autorização: Selecione *

Número do Processo: *

Finalidade do Acesso: ☐ Pesquisa Científica ☐ Bioprospecção ☐ Desenvolvimento Tecnológico *

Número da Autorização: *

Autorização: Anexar Documento: Escolher arquivos Nenhum arqui... selecionado

Validade da autorização: *

* preenchimento obrigatório

Além disso, será necessário informar se foi firmado Contrato de do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios-CURB ou Projeto de Repartição de benefícios anuído pelo CGEN e se há produtos oriundos do acesso explorados economicamente:

Possui CURB anuído pelo CGEN? Sim – CURB *

Número de Registro do CURB: *

Possui produtos oriundos deste acesso explorados economicamente? Sim *

Curb: Anexar Documento: Escolher arquivos Nenhum arquivo selecionado *

Produto

Adicionar + *

Identificação comercial do Produto: *

Classificação NCM do produto: *

Registro, ou Equivalente, do Produto Acabado ou Material Reprodutivo em Outros Órgãos de Controle: Selecione

Ano em que iniciou a exploração econômica do produto: *

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

Opção 3.2 - **“Sim – Regularização”**: Ao selecionar esta opção o usuário estará indicando que executou atividades de pesquisa científica, bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico sem a prévia autorização exigida pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, mas tinha requerido sua regularização, de acordo com as regras fixadas pela Resolução CGEN nº 35. Considerando que a Embrapa não requereu, em nenhuma oportunidade, a regularização de atividades durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, **esta opção não se aplica para a Embrapa.**

Opção 3.3 - **“Não – Com solicitação em tramitação no CGEN antes de 17/11/2015”**: Ao selecionar esta opção o usuário estará indicando que iniciou ou executou atividade de pesquisa, bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico antes de 17/11/2015 sem a prévia autorização do CGEN exigida pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, mas que o pedido de autorização foi apresentado ao CGEN ou instituições credenciadas (IBAMA, CNPq e IPHAN) e se encontrava em tramitação quando a Lei nº 13.123/2015 entrou em vigor (17/11/2015). Em função disso, caso esta opção seja selecionada, será necessário apresentar informações sobre a solicitação de autorização em tramitação conforme demonstrado abaixo.

O acesso foi realizado antes de 17/11/2015 ou obteve autorização de acesso antes de 17/11/2015?	<input type="text" value="Sim"/> *
Tem autorização de acesso?	<input type="text" value="Não – Com solicitação em tra"/> *
Instituição na qual tramitava a solicitação:	<input type="text" value="Selecione"/> *
Número do Processo:	<input type="text"/> *

* preenchimento obrigatório



Orientações CAR/SNE:

Na presente situação será necessário proceder a regularização das atividades executadas sem a prévia autorização prevista na Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001. No caso de atividades enquadradas nos conceitos de Bioprospecção e/ou Desenvolvimento tecnológico será necessário anexar o Termo de Compromisso. No caso de atividades enquadradas no conceito de Pesquisa Científica, a regularização é realizada somente mediante o cadastro do projeto no SisGen, não sendo necessária a celebração de Termo de Compromisso.

A regularização deverá ser efetivada no período compreendido entre o dia 06/11/2017 a 05/11/2018.

No caso dessa opção, será questionado ainda sobre eventual exploração econômica de produto ou processo desenvolvido a partir do acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado. Em caso positivo, o sistema questionará se há interesse em repartir benefícios nos termos da MP 2.186-16, de 2001, caso já tenha apresentado contrato de repartição de benefícios (CURB) ou Projeto de Repartição de Benefícios ao CGEN:

Termo de Compromisso:
Anexar Documento:
 Nenhum arquivo selecionado *

Possui produtos oriundos deste acesso explorados economicamente? *

Deseja repartir benefícios nos termos da Medida Provisória nº 2.186-16/2001, caso já tenha apresentado CURB ou Projeto de Repartição de Benefícios ao CGEN? *

Curb:
Anexar Documento:
 Nenhum arquivo selecionado *

Produto

*

Identificação comercial do Produto: *

Classificação NCM do produto: *

Registro, ou Equivalente, do Produto Acabado ou Material Reprodutivo em Outros Órgãos de Controle:

Ano em que iniciou a exploração econômica do produto: *

Receita líquida nos últimos 5 anos *

* preenchimento obrigatório

Opção 3.4 - “**Não – Sem solicitação em tramitação**”: Ao selecionar esta opção, o usuário estará indicando que iniciou ou executou atividade de pesquisa, bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico antes de 17/11/2015 sem a prévia autorização exigida pela Medida Provisória nº 2.186-16 de 2001 e que não apresentou solicitação de autorização junto ao CGEN ou instituições credenciadas (IBAMA, CNPq e IPHAN). Com isso, nesse caso será necessário informar a finalidade do acesso (PC, BIO e/ou DT), visto que, no caso de atividades enquadradas nos conceitos de **Bioprospecção e/ou Desenvolvimento Tecnológico** será necessário anexar o **Termo de Compromisso** firmado para regularização (que deverá ser efetivada no período compreendido entre o dia 06/11/17 a 06/11/18). No caso de atividades enquadradas no conceito de **Pesquisa Científica**, a regularização é realizada somente mediante o **cadastro do projeto no SisGen**, não sendo solicitada a apresentação de Termo de Compromisso.

O acesso foi realizado antes de 17/11/2015 ou obteve autorização de acesso antes de 17/11/2015? *


Tem autorização de acesso? *

Finalidade do Acesso:

- ☐ Pesquisa Científica *
- ☐ Bioprospecção
- ☐ Desenvolvimento Tecnológico

Termo de Compromisso:

Anexar Documento:

Nenhum arquivo selecionado * 

* preenchimento obrigatório

5. Finalidade do acesso: selecionar a finalidade do acesso, considerando-se as opções mostradas abaixo:

Finalidade do Acesso:

- ☐ Pesquisa Científica
- ☐ Bioprospecção
- ☐ Desenvolvimento Tecnológico

Conceitos Aplicáveis:

Cadastro de acesso ou remessa de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado – Instrumento declaratório obrigatório das atividades de acesso ou remessa de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado.

Usuário – Pessoa física ou jurídica que realiza acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ou explora economicamente produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

6. As atividades objeto deste cadastro são baseadas em outras atividades de acesso realizadas anteriormente?

Responder “Sim” ou “Não”, conforme o caso concreto.

As atividades objeto deste cadastro são baseadas em outras atividades de acesso realizadas anteriormente? *

* preenchimento obrigatório

As atividades objeto deste cadastro são baseadas em outras atividades de acesso realizadas anteriormente?

Período do acesso anterior:

Data Início: **Data término:** ☐ **Ainda em execução**

Sim *

* preenchimento obrigatório

Opção **“Sim”** – esta opção deve ser selecionada, exclusivamente, quando o projeto/atividade objeto do cadastro der continuidade a atividade de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado executada entre **30/06/2000 e 16/11/2015**. Nesse caso, será necessário informar a **data de início e de término das atividades de acesso realizadas anteriormente**. Importante atentar quanto à exigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, quanto à necessidade de prévia autorização do CGEN, no período de 30/06/2000 e 16/11/2015.

Opção **“Não”** – esta opção deve ser selecionada para atividades/projetos novos, ou seja, iniciados **após 17/11/2015** e que, portanto, não são continuidade de atividade realizada entre 30/06/2000 e 16/11/2015.

7. Este cadastro está vinculado a cadastro anterior de remessa?

Responder **“Sim”** ou **“Não”**, conforme o caso concreto.

Este cadastro está vinculado a cadastro anterior de remessa?

Números de Cadastro do Remessa Anterior

Adicionar + *

Número de cadastro de Remessa: *

Limpar **Salvar** **Cancelar**

Sim *

* preenchimento obrigatório

Este cadastro está vinculado a cadastro anterior de remessa?

Não *

* preenchimento obrigatório

Opção **“Sim”** – esta opção deve ser selecionada quando o cadastro da remessa anteceder o cadastro do acesso. Neste caso, será necessário informar o número do cadastro da remessa.

Opção **“Não”** – esta opção deve ser selecionada caso não tenha sido realizado cadastro de remessa antes do cadastro de acesso.

8. Equipe

Adicionar membros da equipe do projeto, indicando nacionalidade, nome completo, CPF e Instituição.

Equipe

Adicionar + *


Nacionalidade:

Brasil ▼ *

Nome Completo:

*

CPF:

* 

Instituição:

*

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório



Orientações CAR/SNE:

Considerando que o cadastro será efetivado exclusivamente pelos empregados indicados pela Chefia Geral da Unidade, na forma da Resolução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2017, caberá a esses empregados incluir no cadastro de acesso os dados de todos os pesquisadores que fazem parte do projeto, na qualidade de responsável por plano de ação ou atividade ou simplesmente como membro da equipe. Além disso, deverão ser incluídos como membros da equipe os empregados da Embrapa lotados em outras Unidades Descentralizadas participantes do projeto, bem como os pesquisadores de instituições parceiras da Embrapa.

9. Sobre o componente do patrimônio genético acessado

Adicionar os componentes do patrimônio genético:

Sobre o Componente do Patrimônio Genético acessado

Adicionar + *

* preenchimento obrigatório

Ao clicar em “Adicionar”, serão apresentados os seguintes itens para preenchimento:

9.1. O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva?

9.2. Tipo de componente

9.3. Sobre a procedência do patrimônio genético

Sobre o Componente do Patrimônio Genético acessado

Adicionar + *

O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva:

Selecione ▼ *

Tipo de Componente:

Selecione ▼ *

Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Limpar

Salvar

Cancelar

* preenchimento obrigatório



Orientações CAR/SNE:

É possível adicionar vários registros de diferentes espécies, conforme a atividade estiver sendo cadastrada. Importante lembrar que o cadastro não poderá ser atualizado para inclusão de novas espécies. Nesse caso será necessário fazer novo cadastro.

9.1. Em relação ao questionamento “O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva?”, o sistema apresentará as seguintes opções:

Sim, área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira e ilhas oceânicas)

Sim, águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva

Sim, área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira e ilhas oceânicas) e águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva

Não

Caso seja selecionada a opção “**Não**”, nenhum item adicional será apresentado pelo sistema.

O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva:

Não *

* preenchimento obrigatório

Por outro lado, caso seja selecionada qualquer uma das **três opções positivas**, o sistema apresentará automaticamente o questionamento “**Este cadastro necessita de autorização prévia de acesso?**”, sendo apresentadas as seguintes opções para resposta:

Sim, com anuência do Conselho de Defesa Nacional e/ou do Comando da Marinha

Não

Não, já possuo autorização única de acesso

O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva:

Este cadastro necessita de autorização prévia de acesso?

Tipo de Componente:

Sim, de área indispensável à segurança naci *

Sim, com anuência do Conselho de Defesa ↑ *

Selecione

Sim, com anuência do Conselho de Defesa Nacional

Não

Não, já possuo autorização única de acesso

* preenchimento obrigatório

Opção “**Sim, com anuência do Conselho de Defesa Nacional e/ou do Comando da Marinha**” - caso esta opção seja selecionada, a efetivação do cadastro de acesso dependerá de prévia análise e aprovação do Conselho de Defesa Nacional (CDN) e/ou da autoridade marítima, conforme o caso. Caso seja indicada a necessidade de anuência do Comando da Marinha, serão requeridas as seguintes informações adicionais relacionadas à expedição: **período da expedição, limite das áreas marítimas planejadas, nº da inscrição da embarcação na Capitania dos Portos, Nome da embarcação, local de saída em terra da embarcação, local de chegada em terra da embarcação e equipe da expedição.**

O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva:

Este cadastro necessita de autorização prévia de acesso?

Sim, de área indispensável à segurança naci *

Sim, com anuência do Conselho de Defesa ↑ *

* preenchimento obrigatório

Opção “**Não**” - caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação de declaração de que:

I. A instituição responsável pelo cadastro, assim como quaisquer das instituições parceiras, não possuem acionistas controladores ou sócios que sejam pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras;

II. O acesso não será feito em associação com a pessoa jurídica sediada no exterior; e

III. A equipe da atividade de acesso não possui pessoa natural brasileira associada, financiada ou contratada por pessoa jurídica sediada no exterior).

O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva:

Este cadastro necessita de autorização prévia de acesso? Sim, de área indispensável à segurança naci *

Declaro que:

- ☐ I. a instituição responsável pelo cadastro, assim como quaisquer instituições nacionais parceiras, não possuem acionistas controladores ou sócios que sejam pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras;
- ☐ II. acesso não será feito em associação com pessoa jurídica sediada no exterior; e
- ☐ III. a equipe da atividade de acesso não possui pessoa natural brasileira associada, financiada ou contratada por pessoa jurídica sediada no exterior.

* preenchimento obrigatório

Opção “**Não, já possuo autorização única de acesso**” - caso esta opção seja selecionada, será necessário anexar o arquivo contendo a autorização única obtida anteriormente.

O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva:

Este cadastro necessita de autorização prévia de acesso? Sim, de área indispensável à segurança naci *

Autorização Única:

Escolher arquivo Nenhum arquivo selecionado *

* preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

A **Área indispensável à segurança nacional ou faixa de fronteira** consiste da faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional (Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979).

As **Ilhas oceânicas do Brasil** estão todas no Oceano Atlântico, são elas: Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Pernambuco); Arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco); Atol das Rocas (Rio Grande do Norte); Ilha da Trindade (Espírito Santo); Arquipélago de Martin Vaz (Espírito Santo).

As **Águas jurisdicionais brasileiras ou águas sob jurisdição nacional** são constituídas por:

- i. As águas interiores, rios, lagos, lagoas, canais, baías, angras e águas marítimas consideradas abrigadas;
- ii. O mar territorial, que compreende uma faixa de doze milhas marítima de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil (Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993).
- iii. A zona contígua brasileira, que compreende uma faixa que se estende das doze às vinte e quatro milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial (Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993).
- iv. A plataforma continental, que compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância (Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993).
- v. A zona econômica exclusiva, que compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial (Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993).

9.2. No que se refere ao item **“Tipo de componente”**, será necessário selecionar a opção correspondente, dentre as opções mostradas abaixo:

Tipo de Componente:

Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético

Adicionar + *

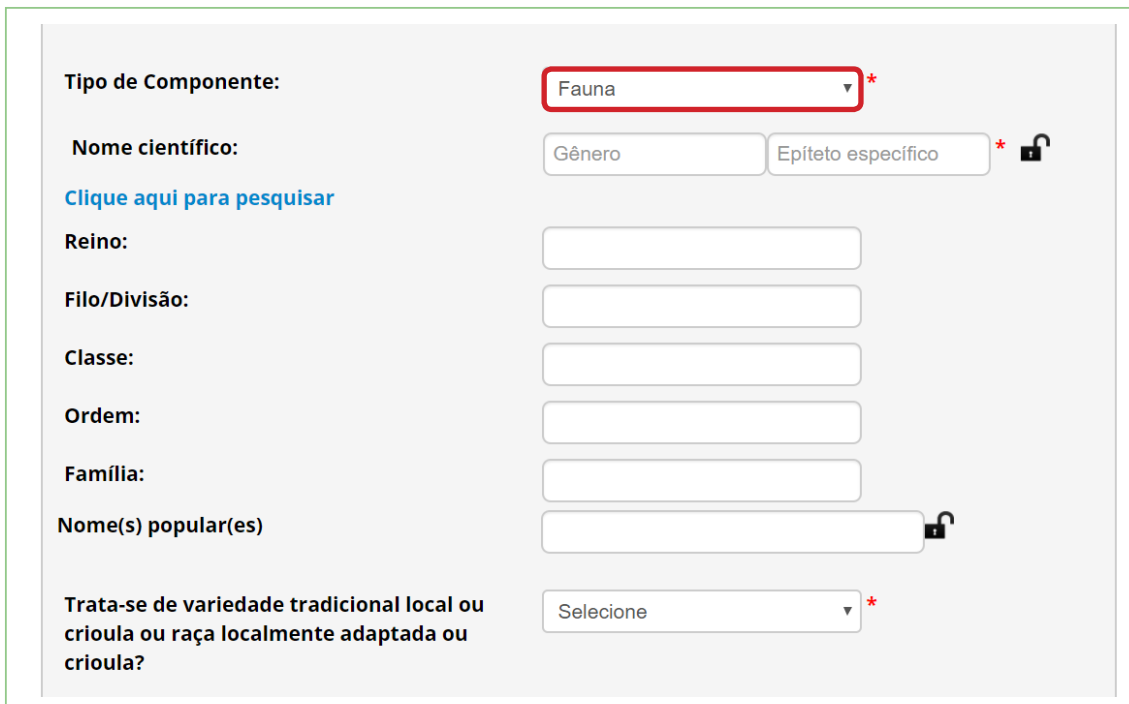
Selecione *

- Selecione
- Fauna
- Flora (exceto algas)
- Fungos
- Algas
- Micro-organismos (exceto algas, fungos e vírus)
- Vírus
- Impossibilidade de identificação

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

Opção **“Fauna”** – caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: nome científico, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”**

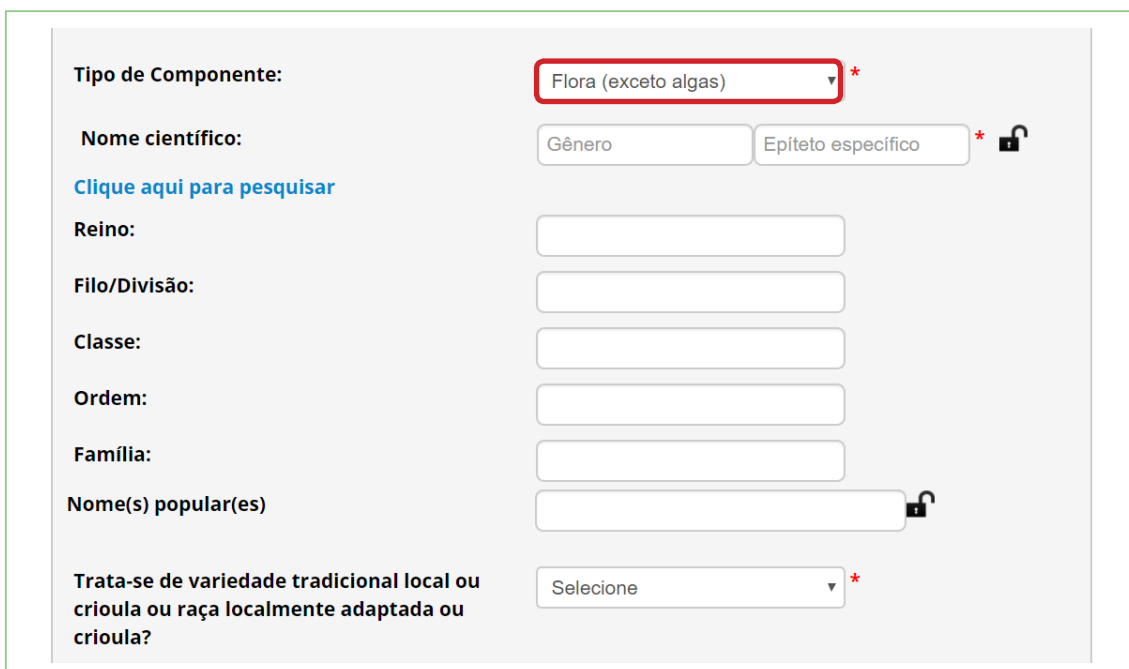


O formulário para a opção "Fauna" contém os seguintes campos:

- Tipo de Componente:** Menu suspenso com "Fauna" selecionado. Possui um asterisco vermelho obrigatório.
- Nome científico:** Campos para "Gênero" e "Epíteto específico". O campo de epíteto possui um ícone de cadeado aberto e um asterisco vermelho obrigatório.
- Clique aqui para pesquisar**: Link em azul.
- Reino:** Campo de texto.
- Filo/Divisão:** Campo de texto.
- Classe:** Campo de texto.
- Ordem:** Campo de texto.
- Família:** Campo de texto.
- Nome(s) popular(es)**: Campo de texto com ícone de cadeado aberto.
- Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?**: Menu suspenso com "Selecione" selecionado. Possui um asterisco vermelho obrigatório.

* preenchimento obrigatório

Opção **“Flora (exceto algas)”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: nome científico, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”**

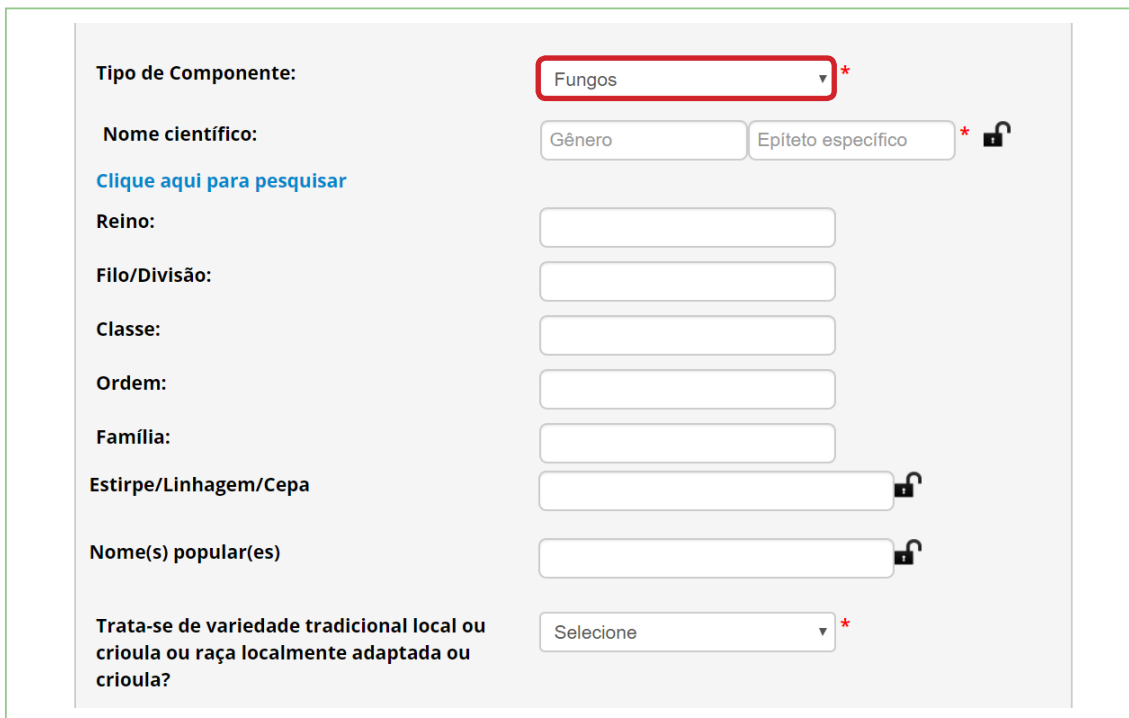


O formulário para a opção "Flora (exceto algas)" contém os seguintes campos:

- Tipo de Componente:** Menu suspenso com "Flora (exceto algas)" selecionado. Possui um asterisco vermelho obrigatório.
- Nome científico:** Campos para "Gênero" e "Epíteto específico". O campo de epíteto possui um ícone de cadeado aberto e um asterisco vermelho obrigatório.
- Clique aqui para pesquisar**: Link em azul.
- Reino:** Campo de texto.
- Filo/Divisão:** Campo de texto.
- Classe:** Campo de texto.
- Ordem:** Campo de texto.
- Família:** Campo de texto.
- Nome(s) popular(es)**: Campo de texto com ícone de cadeado aberto.
- Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?**: Menu suspenso com "Selecione" selecionado. Possui um asterisco vermelho obrigatório.

* preenchimento obrigatório

Opção **“Fungos”** – caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: nome científico, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família, Estirpe/Linhagem/Cepa e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”** (no caso dessa opção, marcar sempre **“Não”**).

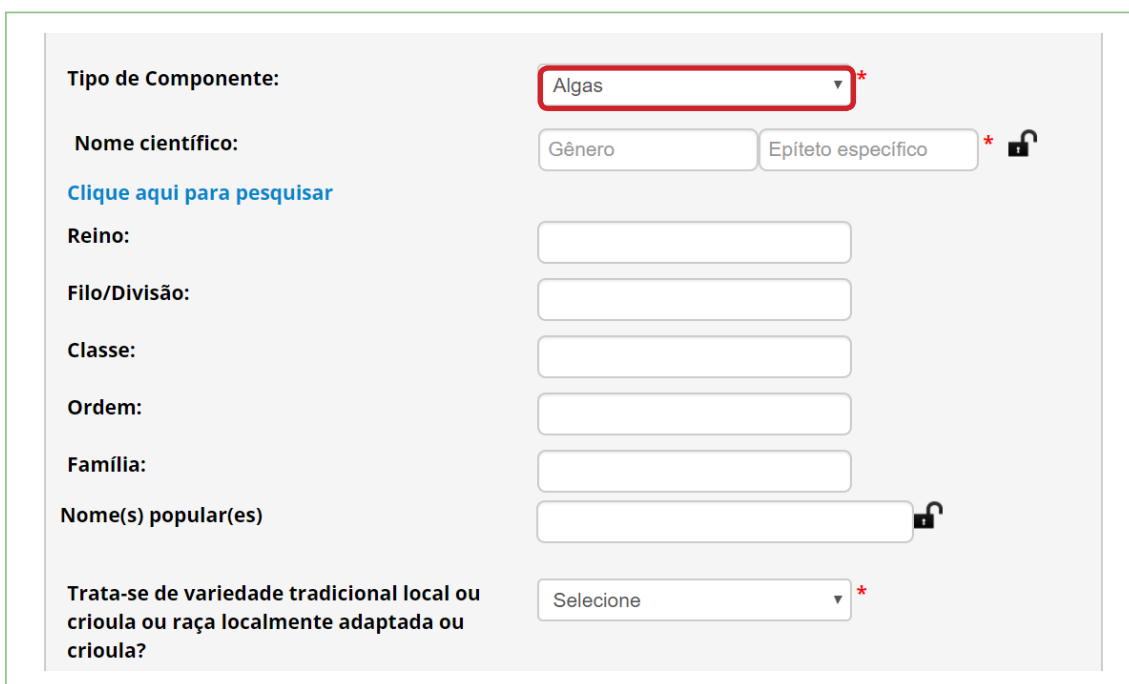


O formulário para o tipo de componente "Fungos" contém os seguintes campos:

- Tipo de Componente:** Dropdown menu com a opção "Fungos" selecionada. Possui um asterisco vermelho obrigatório.
- Nome científico:** Campos para "Gênero" e "Epíteto específico". O campo "Epíteto específico" possui um asterisco vermelho obrigatório e um ícone de cadeado aberto.
- Clique aqui para pesquisar**: Link azul.
- Reino:** Campo de texto.
- Filo/Divisão:** Campo de texto.
- Classe:** Campo de texto.
- Ordem:** Campo de texto.
- Família:** Campo de texto.
- Estirpe/Linhagem/Cepa**: Campo de texto com um ícone de cadeado fechado.
- Nome(s) popular(es)**: Campo de texto com um ícone de cadeado fechado.
- Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?**: Dropdown menu com a opção "Selecione". Possui um asterisco vermelho obrigatório.

* preenchimento obrigatório

Opção **“Algas”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: nome científico, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”** (no caso dessa opção, marcar sempre **“Não”**).



O formulário para o tipo de componente "Algas" contém os seguintes campos:

- Tipo de Componente:** Dropdown menu com a opção "Algas" selecionada. Possui um asterisco vermelho obrigatório.
- Nome científico:** Campos para "Gênero" e "Epíteto específico". O campo "Epíteto específico" possui um asterisco vermelho obrigatório e um ícone de cadeado aberto.
- Clique aqui para pesquisar**: Link azul.
- Reino:** Campo de texto.
- Filo/Divisão:** Campo de texto.
- Classe:** Campo de texto.
- Ordem:** Campo de texto.
- Família:** Campo de texto.
- Nome(s) popular(es)**: Campo de texto com um ícone de cadeado fechado.
- Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?**: Dropdown menu com a opção "Selecione". Possui um asterisco vermelho obrigatório.

* preenchimento obrigatório

Opção **“Microrganismos - exceto algas, fungos e vírus”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: nome científico, Domínio, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família, Estirpe/Linhagem/Cepa e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”** (no caso dessa opção, marcar sempre **“Não”**).

Tipo de Componente: Micro-organismos (exceto alg) *

Nome científico: Gênero Epíteto específico *

[Clique aqui para pesquisar](#)

Domínio:

Reino:

Filo/Divisão:

Classe:

Ordem:

Família:

Estirpe/Linhagem/Cepa

Nome(s) popular(es)

Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula? Selecione *

* preenchimento obrigatório

Opção **“Vírus”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: Família, Estirpe/Linhagem/Cepa, Espécie e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”** (no caso dessa opção, marcar sempre **“Não”**).

Tipo de Componente: Vírus *

Família:

Estirpe/Linhagem/Cepa

Espécie *

Nome(s) popular(es)

Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula? Selecione *

* preenchimento obrigatório

Opção **“Impossibilidade de Identificação”** – essa opção deve ser selecionada quando ainda não tiver sido possível realizar a identificação taxonômica do material biológico utilizado nas atividades do projeto. Caso essa opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: Gênero, Domínio, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família e **justificativa da impossibilidade de identificação taxonômica**. Exige-se ainda a seguinte declaração: “Declaro não ser possível a identificação taxonômica no presente momento, de acordo com a justificativa acima, e o cadastro será atualizado caso os espécimes sejam identificados”. Finalmente, questiona-se ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”** (no caso dessa opção, marcar sempre **“Não”**).

Tipo de Componente: Impossibilidade de identificação *

Identificação mais específica possível:

Gênero:

Domínio:

Reino:

Filo/Divisão:

Classe:

Ordem:

Família:

Justificativa da impossibilidade de identificação taxonômica *

☐ Declaro não ser possível a identificação taxonômica no presente momento, de acordo com a justificativa acima, e o cadastro será atualizado caso os espécimes sejam identificados. *

Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula? *

* preenchimento obrigatório

Em relação ao questionamento **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”**, ressalta-se que, caso seja selecionada a opção **“Sim”**, o campo **“Objeto do Acesso”** será alterado automaticamente para **“Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado”**, caso não tenha sido selecionada essa opção no momento do preenchimento desse campo.

Tipo de Componente: *

Nome científico: * 🔒

[Clique aqui para pesquisar](#)

Reino:

Filo/Divisão:

Classe:

Ordem:

Família:

Nome(s) popular(es) 🔒

Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula? *

* preenchimento obrigatório

Objeto do Acesso: *

O acesso foi realizado antes de 17/11/2015 ou obteve 17/11/2015 ou posterior: *

Finalidade: *

As atividades baseadas na realização de pesquisas e/ou desenvolvimento de produtos: *

Este caso é anterior ao caso anterior: *

Patrimônio Genético & Conhecimento Tradicional Associado



Ao adicionar Patrimônio Genético que Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula, o objeto deverá ser obrigatoriamente Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado

Fechar

Conceitos Aplicáveis:

Consentimento Prévio Informado - consentimento formal, previamente concedido por população indígena ou comunidade tradicional segundo os seus usos, costumes e tradições ou protocolos comunitários.

Protocolo Comunitário - norma procedimental das populações indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais que estabelece, segundo seus usos, costumes e tradições, os mecanismos para o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios de que trata esta Lei.

Variedade tradicional local ou crioula - variedade proveniente de espécie que ocorre em condição in situ ou mantida em condição ex situ, composta por grupo de plantas dentro de um táxon no nível mais baixo conhecido, com diversidade genética desenvolvida ou adaptada por população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional, incluindo seleção natural combinada com seleção humana no ambiente local, que não seja substancialmente semelhante a cultivares comerciais.

Raça localmente adaptada ou crioula - raça proveniente de espécie que ocorre em condição in situ ou mantida em condição ex situ, representada por grupo de animais com diversidade genética desenvolvida ou adaptada a um determinado nicho ecológico e formada a partir de seleção natural ou seleção realizada adaptada por população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional.

9.3. Em relação ao item “Sobre a procedência do patrimônio genético” deve-se adicionar a procedência de cada uma das amostras mediante seleção de uma das opções mostradas abaixo:

A interface apresenta o título "Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético" e um botão "Adicionar +" com um asterisco vermelho. Abaixo, há um formulário com o rótulo "Procedência da amostra:". Um menu suspenso está aberto, mostrando as opções: "Selecione", "In situ", "Ex situ", "In silico" e "Produto intermediário". O item "Selecione" está selecionado e destacado em azul. À esquerda do menu, há um botão "Limpar" e um botão verde parcialmente visível. Na base do formulário, há três botões: "Limpar", "Salvar" (verde) e "Cancelar".

* preenchimento obrigatório

Opção 1 - “In situ”: caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: UF, município, latitude e longitude (coordenadas geográficas do local de coleta), bioma e data da obtenção (data de coleta).

A interface mostra o mesmo formulário, mas agora com todos os campos necessários para a opção "In situ" preenchidos. O menu "Procedência da amostra:" está fechado e mostra "In situ". Abaixo dele, há campos para "UF:" (menu suspenso com "Selecione"), "Município:" (menu suspenso com "Selecione"), "Latitude:" (com botões de seta e campos de entrada para graus, minutos e segundos, marcados com "N" e "S"), "Longitude:" (com botões de seta e campos de entrada para graus, minutos e segundos, marcados com "E" e "W"), "Bioma:" (menu suspenso com "Selecione") e "Data da obtenção:" (campo de data com ícone de calendário). Todos os menus suspenso e os campos de entrada de coordenadas possuem um asterisco vermelho. Na base, há os botões "Limpar", "Salvar" (verde) e "Cancelar".

* preenchimento obrigatório

Opção 2 - “Ex situ”: caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para detalhamento do “Tipo de fonte ex situ”, sendo apresentadas as possibilidades de seleção listadas abaixo:

Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: Ex situ *

Tipo de fonte ex situ:

- Selecione *
- Coleção Biológica
- Comércio
- Cultivo ou Criadouro
- Outras coleções ex situ

Limpar

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

2.1. “Ex situ - Coleção Biológica”: caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: nome da instituição mantenedora da coleção, nome da coleção, nº do voucher ou de código de acesso do depósito concedido pela coleção, UF, município, latitude e longitude (coordenadas geográficas do local de coleta), bioma e data da coleta.

Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: Ex situ *

Tipo de fonte ex situ: Coleção Biológica *

Instituição mantenedora da Coleção:

Nome da Coleção

Informações da amostra na Coleção

Nº do voucher ou de código de acesso do depósito concedido pela coleção:

UF:

Município:

Latitude: N S

Longitude: E W

Bioma:

Data da coleta:

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

Orientações CAR/SNE:



Considerar a definição de coleção biológica da Instrução Normativa IBAMA nº 160/2007: “coleção de material biológico testemunho constituída com o objetivo de gerar e subsidiar pesquisa científica ou tecnológica, bem como promover a cultura, a educação e a conservação do meio ambiente. Excetuam-se as coleções vivas abrigadas por jardins zoológicos, criadouros, aquários, oceanários, biotérios, centros de triagem, reabilitação ou recuperação de animais, assim como os viveiros de plantas.

2.2. **“Ex situ - Comércio”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: nome do estabelecimento comercial de aquisição da amostra, UF, município e data da obtenção da amostra.

Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: Ex situ *

Tipo de fonte ex situ: Comércio *

Nome do estabelecimento Comercial de Aquisição: *

UF: Seleccione *

Município: Seleccione *

Data da obtenção: *

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

2.3. **“Ex situ - Cultivo ou criadouro”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: UF, município, latitude e longitude (coordenadas geográficas do local de obtenção da amostra) e data da obtenção da amostra.

Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: Ex situ *

Tipo de fonte ex situ: Cultivo ou Criadouro *

UF: Seleccione *

Município: Seleccione *

Latitude: N S * *

Longitude: E W * *

Data de obtenção: *

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

2.4. **“Ex situ - Outras coleções ex situ”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: nome da instituição mantenedora da coleção, nome da coleção, UF, município, latitude e longitude (coordenadas geográficas do local de coleta), bioma e data da coleta.

Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético
Adicionar + *

Procedência da amostra: *

Tipo de fonte ex situ: *

Instituição mantenedora da Coleção: *

Nome da Coleção *

Informações da amostra na Coleção

UF: *

Município: *

Latitude: ☐ N ☐ S

Longitude: ☐ E ☐ W

Bioma: *

Data da coleta: *

* preenchimento obrigatório



Orientações CAR/SNE:

Caso tenha sido obtido a partir de outras coleções ex situ, que não se enquadrem na definição de coleção biológica da Instrução Normativa IBAMA nº 160/2007 (anteriormente apresentada).

Opção 3 - **“In silico”**: caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: identificação do banco de dados de obtenção das informações, código de acesso no banco de dados, link para acesso à informação no banco de dados, UF, município, latitude e longitude (coordenadas geográficas do local de coleta), bioma e data da coleta.

Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra:

In silico *

Identificação do banco de dados de obtenção:

Informações da amostra no Banco

Código de acesso no banco de dados

*

Indicar link para acesso à informação no banco de dados

*

UF:

Selecione ▾

Município:

Selecione ▾

Latitude:

☐ N
☐ S

Longitude:

☐ E
☐ W

Bioma:

Selecione ▾

Data da coleta:

Limpar

Salvar

Cancelar

* preenchimento obrigatório

Opção 4 - “**Produto Intermediário**”: caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará novas telas para inclusão das seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, CNPJ.

Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra:

Produto intermediário *

Nome do Produto

Nome do Fabricante

CNPJ

* preenchimento obrigatório

Além disso, será questionado se **“O produto intermediário é oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado?”**

Opção **“Sim”** – neste caso será necessário indicar a data de conclusão das atividades de acesso.

Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético
Adicionar + *

Procedência da amostra:

Produto intermediário *

Nome do Produto

Nome do Fabricante

CNPJ

O produto intermediário é oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado?

Sim *

Data de conclusão do acesso

Limpar

Salvar

Cancelar

* preenchimento obrigatório

Opção **“Não”** - neste caso, será questionado se **“O produto é óleo fixo ou extrato resultante de atividades elencadas no art. 107 do Decreto nº 8.772/2016?”**. Caso a resposta para esse novo questionamento seja novamente **“Não”**, será apresentado o campo para especificação do tipo de produto intermediário utilizado (caso a resposta seja **“Sim”** nenhum campo adicional será apresentado).

Sobre a Procedência Do Patrimônio Genético
Adicionar + *

Procedência da amostra:

Produto intermediário *

Nome do Produto

Nome do Fabricante

CNPJ

O produto intermediário é oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado?

Não *

O produto é óleo fixo ou extrato resultante de atividades elencadas no art. 107 do Decreto nº 8.772/2016?

Não *

Especifique o tipo do produto intermediário

Limpar

Salvar

Cancelar

* preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

Condições in situ - condições em que o patrimônio genético existe em ecossistemas e habitats naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde naturalmente tenham desenvolvido suas características distintas próprias, incluindo as que formem populações espontâneas.

Produto Intermediário - consiste daquele produto cuja natureza é a utilização em cadeia produtiva, que o agregará em seu processo produtivo, na condição de insumo, excipiente e matéria-prima, para o desenvolvimento de outro produto intermediário ou de produto acabado. Os insumos utilizados nas atividades agrícolas são produtos intermediários, sendo que se consideram insumos para atividades agrícolas os bens que sejam consumidos na atividade de produção ou que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação, desde que não estejam incluídas no ativo imobilizado

10. Sobre o Conhecimento Tradicional Associado acessado

No caso de existência de atividades envolvendo acesso ao conhecimento tradicional associado (CTA), adicionar as informações pertinentes.

Sobre o Conhecimento Tradicional Associado Acessado

Adicionar + *

* preenchimento obrigatório

Ao clicar em “Adicionar”, serão apresentados os seguintes opções para preenchimento:

10.1. O acesso ao conhecimento tradicional associado será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva?

10.2. Fonte de obtenção do Conhecimento Tradicional Associado

O acesso ao conhecimento tradicional associado será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva:

Fonte de obtenção do Conhecimento Tradicional Associado:

Selecione

Selecione

Sim, de área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira e ilhas oceânicas)
Sim, de águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental ou zona econômica exclusiva
Sim de área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira e ilhas oceânicas) e
Não

Selecione

Limpar

Salvar

Cancelar

* preenchimento obrigatório

10.1. Em relação ao questionamento “O acesso ao conhecimento tradicional associado será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva?”, o sistema apresentará as seguintes opções:

Sim, área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira e ilhas oceânicas)
Sim, águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva
Sim, área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira e ilhas oceânicas) e águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva
Não

Caso seja selecionada a opção “**Não**”, nenhum item adicional será apresentado pelo sistema.

Por outro lado, caso seja selecionada qualquer uma das três **opções positivas**, o sistema apresentará automaticamente o questionamento “**Este cadastro necessita de autorização prévia de acesso?**”, sendo apresentadas as seguintes opções para resposta:

Sim, com anuência do Conselho de Defesa Nacional e/ou do Comando da Marinha
Não
Não, já possuo autorização única de acesso

Opção “**Sim, com anuência do Conselho de Defesa Nacional e/ou do Comando da Marinha**” - caso esta opção seja selecionada, a efetivação do cadastro de acesso dependerá de previa análise e aprovação do Conselho de Defesa Nacional (CDN) e/ou da autoridade marítima, conforme o caso. Caso seja indicada a necessidade de anuência do Comando da Marinha, serão requeridas as seguintes informações adicionais relacionadas à expedição: **período da expedição, limite das áreas marítimas planejadas, nº da inscrição da embarcação na Capitania dos Portos, Nome da embarcação, local de saída em terra da embarcação, local de chegada em terra da embarcação e equipe da expedição.**

Opção “**Não**” - caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação de declaração de que:

- I. A instituição responsável pelo cadastro, assim como quaisquer das instituições parceiras, não possuem acionistas controladores ou sócios que sejam pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras;
- II. O acesso não será feito em associação com a pessoa jurídica sediada no exterior; e
- III. A equipe da atividade de acesso não possui pessoa natural brasileira associada, financiada ou contratada por pessoa jurídica sediada no exterior).

Opção “**Não, já possuo autorização única de acesso**” - caso esta opção seja selecionada, será necessário anexar o arquivo contendo a autorização única obtida anteriormente.

10.2.1. Em relação ao questionamento sobre a **“Fonte de obtenção do Conhecimento Tradicional Associado”**, o sistema apresentará as seguintes opções:

Opção 1 - CTA de origem identificável diretamente com provedor

Opção 2 - CTA de origem identificável a partir de fontes secundárias

Opção 3 - CTA de origem não identificável

A interface mostra um formulário com o título "Fonte de obtenção do Conhecimento Tradicional Associado:". À direita, há uma lista suspensa com o texto "Selecione" e uma seta para baixo. Abaixo da lista, há três opções: "CTA de origem identificável diretamente com provedor", "CTA de origem identificável a partir de fontes secundárias" e "CTA de origem não identificável". À esquerda da lista, há um botão "Limpar" e dois botões "Salvar" e "Cancelar".

* preenchimento obrigatório

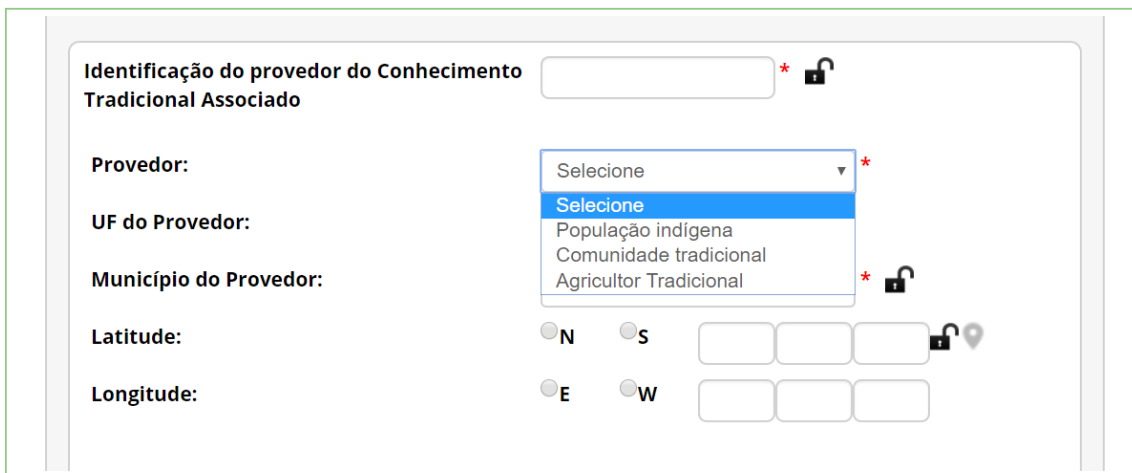
Opção 1 - **“CTA de origem identificável diretamente com provedor”**: ao selecionar essa opção, o sistema abrirá campo descrito para informação sobre o **“Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético”** e para a indicação do componente do **“Patrimônio Genético”**, bem como um módulo para adicionar informações **“Sobre o provedor do Conhecimento Tradicional Associado”**

A interface mostra o formulário com a opção "CTA de origem identificável diretamente com prove" selecionada na lista suspensa. Abaixo, há dois campos de texto: "Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético Acessado" e "Patrimônio Genético:", ambos com ícones de cadeado e uma seta para cima. Abaixo, há um botão "Adicionar +" e os botões "Limpar", "Salvar" e "Cancelar".

* preenchimento obrigatório

No módulo de detalhamento “Sobre o provedor do Conhecimento Tradicional Associado” são requeridas as seguintes informações:

i. Informações sobre o(s) provedor(es) do CTA:

The form is titled "Identificação do provedor do Conhecimento Tradicional Associado". It contains several fields: a text box for the provider's name, a dropdown menu for "Provedor:" with options "Selecione", "População indígena", "Comunidade tradicional", and "Agricultor Tradicional", text boxes for "UF do Provedor:" and "Município do Provedor:", and latitude/longitude fields with directional radio buttons (N, S, E, W). Each required field is marked with a red asterisk and a lock icon. The dropdown menu is currently open, showing the selection options.

Identificação do provedor do Conhecimento Tradicional Associado

Provedor: Seleccione

UF do Provedor:

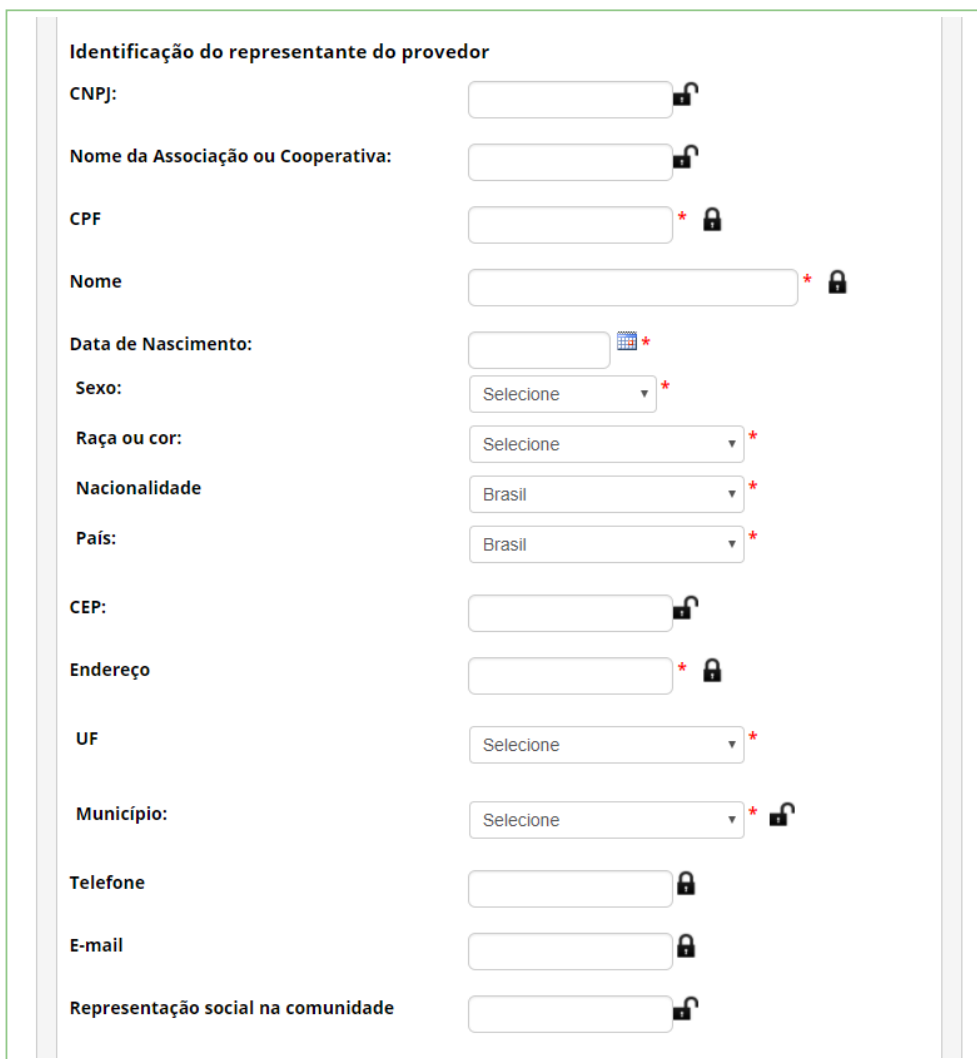
Município do Provedor:

Latitude: N S

Longitude: E W

* preenchimento obrigatório

ii. Informações sobre o(s) Representante(s) Legal(is) do(s) Provedor(es) do CTA:

The form is titled "Identificação do representante do provedor". It contains various fields for personal and contact information: CNPJ, Nome da Associação ou Cooperativa, CPF, Nome, Data de Nascimento, Sexo, Raça ou cor, Nacionalidade, País, CEP, Endereço, UF, Município, Telefone, E-mail, and Representação social na comunidade. Most fields are marked with a red asterisk and a lock icon, indicating they are mandatory. The form is enclosed in a light gray border.

Identificação do representante do provedor

CNPJ:

Nome da Associação ou Cooperativa:

CPF

Nome

Data de Nascimento:

Sexo: Selecione

Raça ou cor: Selecione

Nacionalidade Brasil

País: Brasil

CEP:

Endereço

UF Selecione

Município: Selecione

Telefone

E-mail

Representação social na comunidade

* preenchimento obrigatório

iii. Informações sobre o Consentimento Prévio Informado do Provedor do CTA:

Sobre o Consentimento Prévio Informado

Data de obtenção do Consentimento Prévio Informado: *

Forma do Consentimento Prévio Informado: Selecione ▼ *

- Selecione
- Assinatura de termo de consentimento prévio
- Registro audiovisual do consentimento
- Parecer do órgão oficial competente
- Adesão na forma prevista em protocolo comunitário

Documento contendo o Consentimento Prévio Informado na íntegra:

Carregar arquivos

Nenhum arqui... selecionado *

* preenchimento obrigatório

Opção 2 - “**CTA de origem identificável a partir de fontes secundárias**”: ao selecionar essa opção, o sistema abrirá campo descritivo sobre o “**Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético**” e para a indicação do componente do “**Patrimônio Genético**”, assim como módulo para adicionar informações “**Sobre a fonte secundária**”.

Fonte de obtenção do Conhecimento Tradicional Associado: CTA de origem identificável a partir de fontes secur ▼ *

Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético Acessado *

Patrimônio Genético: *

Sobre a fonte secundária

*

* preenchimento obrigatório

No módulo de detalhamento “**Sobre a fonte do Conhecimento Tradicional Associado**” são requeridas as seguintes informações:

i. Informações sobre o(s) provedor(es) do CTA:

Identificação do provedor do Conhecimento Tradicional Associado	<input type="text"/>	*	
Provedor:	<input type="text" value="Selecione"/>	*	
UF do Provedor:	<input type="text" value="Selecione"/>	*	
Município do Provedor:	<input type="text" value="Selecione"/>	*	
Latitude:	<input type="radio"/> N <input type="radio"/> S	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Longitude:	<input type="radio"/> E <input type="radio"/> W	<input type="text"/>	<input type="text"/>

* preenchimento obrigatório

ii. Informações sobre o(s) Representante(s) Legal(is) do(s) Provedor(es) do CTA:


Identificação do representante das populações ou comunidades	
CNPJ:	<input type="text"/>
Nome da Associação ou Cooperativa:	<input type="text"/>
CPF	<input type="text"/>
Nome	<input type="text"/>
Data de Nascimento:	<input type="text"/>
Sexo:	<input type="text" value="Selecione"/>
Raça ou cor:	<input type="text" value="Selecione"/>
Nacionalidade	<input type="text" value="Brasil"/>
País:	<input type="text" value="Brasil"/>
CEP:	<input type="text"/>
Endereço	<input type="text"/>
UF:	<input type="text" value="Selecione"/>
Município:	<input type="text" value="Selecione"/>
Telefone	<input type="text"/>
E-mail	<input type="text"/>
Representação social na comunidade	<input type="text"/>

* preenchimento obrigatório

iii. Informações sobre o Consentimento Prévio Informado do Provedor do CTA e sobre a Fonte Secundária consultada:

Sobre o Consentimento Prévio Informado

Data de obtenção do Consentimento Prévio Informado:

 *

Forma do Consentimento Prévio Informado:

Selecione

▼

*


Documento contendo o Consentimento Prévio Informado na íntegra:

Carregar arquivos

Escolher arquivos

Nenhum arqui... selecionado

*



Fonte secundária de obtenção da informação:

Selecione

▼

Selecione

Publicações científicas

Publicações literárias

Meios de comunicação impresso (jornais e revistas)

Meios de comunicação audiovisual (televisão e rádio)

Internet e Mídias sociais

Bancos de dados de CTA

Outros

Identificação da Fonte Secundária:

Data de obtenção da informação:

Limpar

Salvar

Cancelar

* preenchimento obrigatório

Opção 3 - **“CTA de origem não identificável”**: ao selecionar essa opção, serão apresentados campos para descrição do **“Conhecimento Tradicional Associado ao Patrimônio Genético”** e indicação do componente do **“Patrimônio Genético”**, assim como módulo para adicionar informações **“Sobre a fonte do Conhecimento Tradicional Associado”** o sistema apresentará para seleção uma lista com os conhecimentos reconhecidos pelo CGen como de origem não identificável..

Fonte de obtenção do Conhecimento Tradicional Associado:


CTA de origem não identificável

▼

*


Conhecimento Tradicional Associado:

*



Patrimônio Genético:

*



Sobre a fonte do Conhecimento Tradicional Associado

Adicionar +

*

Limpar

Salvar

Cancelar

* preenchimento obrigatório

No módulo de detalhamento “**Sobre a fonte do Conhecimento Tradicional Associado**” são requeridas as seguintes informações:



O formulário contém três campos obrigatórios, cada um com um asterisco vermelho à direita:

- Fonte de obtenção da informação:** Um menu suspenso com o texto "Selecione" e uma seta para baixo.
- Data de obtenção da informação:** Um campo de texto com um ícone de calendário e um asterisco vermelho.
- Identificação da Fonte:** Um campo de texto com um asterisco vermelho.

Na base do formulário, há três botões: "Limpar" (cinza), "Salvar" (verde) e "Cancelar" (cinza).

Orientações CAR/SNE:

A comprovação do consentimento prévio informado poderá ocorrer, a critério da população indígena, da comunidade tradicional ou do agricultor tradicional, pelos seguintes instrumentos:

- I - assinatura de termo de consentimento prévio;
- II - registro audiovisual do consentimento;
- III - parecer do órgão oficial competente; ou
- IV - adesão na forma prevista em protocolo comunitário.

As diretrizes e orientações para formalização do Consentimento Prévio Informado estão listadas nos Art. 16 e 17 do Decreto nº 8.772, de 2016.

11. Parceria com instituição nacional

Adicionar todas as instituições nacionais parceiras, individualmente, mediante apresentação das seguintes informações:

Parceria com instituição nacional

CNPJ:

*

Nome da Instituição

*

Estado:

Selecione ▾

*

Município:

Selecione ▾

*

Cep:

*

Endereço:

*

Nome para Contato:

*

Telefone:

*

Email:

*

Esta instituição possui acionistas controladores ou sócios que são pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras?

Selecione ▾

*

Limpar

Salvar

Cancelar

* preenchimento obrigatório

12. Parceria com instituição sediada no exterior

Adicionar todas as instituições parceiras sediadas no exterior, individualmente, mediante apresentação das seguintes informações:

Parceria com instituição sediada no exterior

Nome Institucional registrado no país de origem

*

País de Registro:

Selecione

*

Região/Estado

*

Município da Sede

*

Código Postal

*

Endereço

*

Nome para Contato na Instituição

*

Telefone

*

E-mail

*

Limpar

Salvar

Cancelar

* preenchimento obrigatório

13. Envio de amostra que contenha patrimônio genético ao exterior

Acessar este módulo para cadastrar “**envio de amostra**” realizado no âmbito do projeto (o módulo de cadastramento de envio permanecerá editável mesmo depois de finalizado o cadastramento das atividades de acesso).

Envio de Amostra que Contenha Patrimônio Genético ao Exterior

Adicionar +

* preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

O “envio de amostra” consiste do “envio de amostra que contenha patrimônio genético para a prestação de serviços no exterior como parte de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico, na qual a responsabilidade sobre a amostra é de quem realiza o acesso no Brasil”.

De acordo com o previsto no § 3º do Art. 24 do Decreto nº 8.772, de 2016, considera-se prestação de serviços a execução de testes ou atividades técnicas especializadas por instituição sediada no exterior, parceira da instituição nacional responsável pelo acesso ou por ela contratada, mediante retribuição ou contrapartida.

O cadastro de “envio de amostra” deverá ser realizado dentro dos mesmos prazos definidos para o cadastro de acesso, ou seja, previamente à **remessa, ou ao requerimento de qualquer direito de propriedade intelectual, ou à comercialização do produto intermediário, ou à divulgação dos resultados, finais ou parciais, em meios científicos ou de comunicação, ou à notificação de produto acabado ou material reprodutivo desenvolvido em decorrência do acesso.**

No módulo de cadastro de “**envio de amostra**” o sistema apresentará campos para indicação das seguintes informações:

A. Sobre o Patrimônio Genético:

Envio de Amostra que Contenha Patrimônio Genético ao Exterior

Adicionar +

Sobre o Patrimônio Genético

Patrimônio Genético: *

Tipo de PG enviado ou a ser enviado: Seleccione *

Forma de acondicionamento: Seleccione

Adicionar +

Informações do Projeto

Especificação das atividades a serem realizadas no exterior

Amostra vegetal, fúngica ou animal (organismos inteiros ou partes destes)
Mudas ou Sementes
Extratos vegetais, animais ou fúngicos
Cultura de células animais ou vegetais
Substratos (solo, água, sangue, urina, fezes, dentre outros) contendo material biológico
Micro-organismos isolados (exceto fungos e vírus)
Fungos isolados / Cultura de fungos
Vírus
Material Genético isolado (inclusive transposons, plasmídeos, dentre outros)
Informação in silico
Outros

*preenchimento obrigatório

Forma de acondicionamento:

Adicionar +

Forma de acondicionamento: Seleccione *

Quantidade Recipiente

Volume a ser enviado

Método do envio:

Número do conhecimento de carga:

Limpar

Seleccione

Amostra líquida em tubo de microcentrifuga (eppendorf)
Amostra sólida em tubo de microcentrifuga (eppendorf)
Material herborizado / exsiccata
Material entomológico fixado em caixas
Material zoológico fixado em caixas
Material zoológico fixado em frascos
Material zoológico fixado em sacos plásticos
Material zoológico fixado em lâmina
(Lâminas de microscopia)
Placas de cultivo, com substrato
Tubos de centrifuga
Garrafa/frasco com meio de cultivo
Amostra líquida em recipientes diversos (garrafas, tambores, galões e bombonas)
Outra

*preenchimento obrigatório

Forma de acondicionamento:

Adicionar +

Forma de acondicionamento: *

Quantidade Recipiente *

Volume a ser enviado

Método do envio: *

Número do conhecimento de carga:

Método do envio: *

Selecione
Em mãos
Correios
Remessa expressa
SISCOMEX

*preenchimento obrigatório

B. Informações do Projeto:

B.1. **Especificação das atividades a serem realizadas no exterior**

B.2. **O envio de amostra tem por finalidade o sequenciamento genético?** Opções “Sim” e “Não”

Opção “Sim” – ao selecionar esta opção nenhuma outra informação é requerida.

Informações do Projeto

Especificação das atividades a serem realizadas no exterior *

O envio de amostra tem por finalidade o sequenciamento genético? *

*preenchimento obrigatório

Opção “Não” - ao selecionar esta opção, o usuário estará indicando que o envio tem por finalidade a realização de outras atividades e que não trata-se de envio de amostra para fins de sequenciamento genético. Com isso, ao selecionar essa opção, o sistema exigirá a apresentação do Contrato de Prestação de Serviços ou outro instrumento jurídico firmado entre o remetente nacional e a instituição destinatária.

O envio de amostra tem por finalidade o sequenciamento genético? *

Instituição Destinatária no Exterior

Nome Institucional *

País: *

Região: *

Município: *

Código Postal: *

Endereço: *

Contato: *

Telefone: *

Email: *

Representante Legal: *

Contrato de prestação de serviços ou outro instrumento jurídico firmado entre o remetente nacional e a destinatária:

Anexar Documento:

Nenhum arquivo selecionado. *

* preenchimento obrigatório

Orientações CAR/SNE:

Nos casos em que o “envio de amostra” para o exterior tiver por finalidade a realização de sequenciamento genético, deve-se atentar para a exigência de comunicar formalmente as seguintes obrigações à instituição destinatária:

- Devolver ou destruir as amostras enviadas.
- Não repassar para terceiros a amostra, informações associadas ou substâncias oriundas de seu metabolismo.
- Utilizar a amostra, informações associadas ou substâncias oriundas de seu metabolismo para quaisquer outras finalidades além das previstas.
- Não explorar economicamente produto intermediário ou acabado ou material reprodutivo decorrente do acesso.

Por outro lado, quando o “envio de amostra” para o exterior tiver por finalidade a realização de **outras atividades** será necessário anexar Contrato de Prestação de Serviços ou outro instrumento jurídico firmado entre o remetente nacional e a instituição destinatária, o qual deverá conter, de acordo com o §6º do Art. 24 do Decreto nº 8.772, de 2016:

I - identificação do patrimônio genético no nível taxonômico mais estrito possível;

II - informação sobre:

- a) o tipo de amostra e a forma de acondicionamento; e
- b) a quantidade de recipientes, o volume ou o peso;

III - descrição do serviço técnico especializado objeto da prestação;

IV - obrigação de devolver ou destruir as amostras enviadas;

V - discriminação do prazo para a prestação dos serviços, com detalhamento por atividade a ser executada, quando couber; e



VI - cláusulas proibindo a instituição parceira o contratada de:

- a) repassar a amostra do patrimônio genético ou a informação de origem genética da espécie objeto do envio, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres para terceiros;
- b) utilizar a amostra do patrimônio genético ou a informação de origem genética da espécie objeto do envio para quaisquer outras finalidades além das previstas;
- c) explorar economicamente produto intermediário ou acabado ou material reprodutivo decorrente do acesso; e
- d) requerer qualquer tipo de direito de propriedade intelectual.

C. Instituição destinatária no exterior:

Instituição Destinatária no Exterior

Nome Institucional

*

País:

Selecione

▼

*

Região:

*

Município:

*

Código Postal:

*

Endereço:

*

Contato:

*

Telefone:

*

Email:

*

Representante Legal:

*

* preenchimento obrigatório

14. Resultados obtidos

Adicionar resultados obtidos mediante seleção de uma das opções disponibilizada pelo sistema (o módulo de resultados obtidos permanecerá editável mesmo depois de finalizado o cadastramento das atividades de acesso):

Resultados Obtidos

Adicionar +

Tipo de Resultado:

Selecione

▼

Limpar

Salvar

Cancelar

A. **Requerimento de Propriedade Intelectual** - ao selecionar esta opção, o sistema apresentará automaticamente campos para informar o órgão no qual foi requerido, código do requerimento e número da patente.

Tipo de Resultado: Requerimento de propriedade ▼

Órgão no qual foi requerido *

Código do requerimento *

Número da patente *

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

B. **Licenciamento de Patente** - ao selecionar esta opção, o sistema apresentará automaticamente campo para informar o nome do licenciado.

Tipo de Resultado: Licenciamento de patente ▼

Licenciado *


Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

C. **Desenvolvimento/Comercialização de Produto Intermediário** - ao selecionar esta opção, o sistema apresentará automaticamente campos para informar o nome do produto, registro ou equivalente do produto em órgãos de controle e **anexar** Declaração de Isenção de Repartição de Benefícios. Em caso de registro ou equivalente do produto em órgãos de controle será requerido o Código de registro no respectivo órgão.

Tipo de Resultado: Desenvolvimento/Comercializ ▼

Nome do produto *

Registro ou equivalente do produto em órgãos de controle: * 

Declaração de Isenção de Repartição de Benefícios:

Anexar Documento: Escolher arquivo Nenhum arquivo selecionado


Selecione
 Selecione
 ANVISA
 INPI
 MAPA - Registro Nacional de Cultivares
 MAPA - Registro de Produtos
 Escritório de Patente Internacional
 Outro
 Não Possui Registro ou Equivalente

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório


Tipo de Resultado: Desenvolvimento/Comercializ ▼

Nome do produto *

Registro ou equivalente do produto em órgãos de controle: MAPA - Registro Nacional de Cultivares ▼ * 

Código do Registro no Respectivo Órgão *

Declaração de Isenção de Repartição de Benefícios:

Anexar Documento: Escolher arquivo Nenhum arquivo selecionado * 

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

D. **Divulgação de resultados em meios científicos ou de comunicação** - o sistema apresentará automaticamente campo para informar o meio onde foi divulgado.

Tipo de Resultado: Divulgação de resultados em ▼

Identificação do meio onde foi divulgado *

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

E. **Substância de metabolismo de microrganismo idêntica à de origem fóssil** - ao selecionar esta opção, o sistema apresentará automaticamente campos para identificar a substância de metabolismo de microrganismo e a substância de origem fóssil e anexar o comprovante de identificação.

O formulário é dividido em seções. A primeira seção, 'Tipo de Resultado:', contém um menu suspenso com a opção 'Substância de metabolismo d' selecionada. A segunda seção, 'Identificação da substância de metabolismo de microrganismo (5º do art. 43 do Decreto ° 8.772, de 2016)', possui um campo de texto obrigatório. A terceira seção, 'Identificação da substância de origem fóssil', também possui um campo de texto obrigatório. A quarta seção, 'Comprovação', contém o título 'Anexar Documento:' e um botão 'Escolher arquivo' ao lado do texto 'Nenhum arquivo selecionado'. No rodapé do formulário, há três botões: 'Limpar', 'Salvar' (destacado em verde) e 'Cancelar'.

* preenchimento obrigatório

F. **Outros resultados** - ao selecionar esta opção, o sistema apresentará automaticamente campos para informar o tipo de resultado e o resumo dos resultados obtidos.

O formulário contém duas seções principais. A primeira, 'Tipo de Resultado:', possui um menu suspenso com a opção 'Outros resultados' selecionada. A segunda seção, 'Tipo de Resultado', possui um campo de texto obrigatório. A terceira seção, 'Resumo dos resultados obtidos', possui um campo de texto maior, também obrigatório. No rodapé do formulário, há três botões: 'Limpar', 'Salvar' (destacado em verde) e 'Cancelar'.

* preenchimento obrigatório

15. Termos de uso

Ao final do preenchimento do formulário de cadastro de atividades de acesso, será necessário **aceitar os Termo de Uso do SisGen**. Logo abaixo são apresentadas as opções para **“Salvar Rascunho”** e **“Cadastrar”**.

Termos de uso do SisGen:

Ao realizar este cadastro no SisGen, o usuário reconhece e declara:

- I. Ter conhecimento da legislação pertinente, em especial da Lei nº 13.123/2015, e de seus regulamentos;
- II. estar ciente do compromisso de não revelar informação reconhecida como sigilosa a que vier ter conhecimento pelo SisGen, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, conforme disposto na legislação vigente (Arts. 153, 154 e 325 do Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848/1940); e
- III. ter conferido e ser o detentor dos dados acima informados, respondendo pela sua veracidade, e que os documentos anexados são fac-símile dos originais e estarão disponíveis para conferência pelos órgãos competentes, sempre que solicitado, sob pena prevista nos Arts. 299, 307 e 308 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

☐ Eu li e concordo com os termos de uso.

Cadastrar

Salvar Rascunho

16. Consulta às atividades cadastradas

Depois de submetido o cadastro das atividades de acesso, será possível resgatar as informações cadastradas clicando-se na opção **“Acessos Cadastrados”** no menu localizado à esquerda.

Na tela apresentada são apresentados links para **visualizar ou editar o cadastro**, para **impressão do comprovante de cadastro** e para **requerimento e impressão de certidão e atestado de regularidade**.

ATIVIDADE DE ACESSO

Novo Cadastro

Acessos Cadastrados

REMESSA

Novo Cadastro

Atualização de Cadastro

Atividades Cadastradas

Código Identificador:

6 registros encontrados

Número do Cadastro	Tipo de Usuário	Objeto do Acesso	Título do Projeto	Data do Cadastro	Situação	Editar	Visualizar	Comprovante	Certidão	Atestado
A350E0F	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	PG	melhroamento	29/03/2017 11:04:36	Concluído					

Orientações CAR/SNE:

O Comprovante de Cadastro de Acesso:

A. Permite:

- i. o requerimento de qualquer direito de propriedade e intelectual;
- ii. a comercialização de produto intermediário;
- iii. a divulgação dos resultados, finais ou parciais, da pesquisa ou do desenvolvimento tecnológico, em meios científicos ou de comunicação; e
- iv. a notificação de produto acabado ou material reprodutivo desenvolvido em decorrência do acesso; e

B. Estabelece o início do procedimento administrativo de verificação.

A **Certidão** será disponibilizada ao usuário pelo SisGen após decorrido o prazo do procedimento administrativo de verificação e conterá declaração de que o cadastro:

A. não foi objeto de requerimento de verificação; ou

B. foi objeto de requerimento de verificação e que este não foi acatado.

A Certidão possibilita que o usuário seja inicialmente advertido pelo órgão fiscalizador antes de receber qualquer outra sanção administrativa, caso a autuação ocorra sobre fatos informados no respectivo cadastro de acesso.

O Atestado de Regularidade poderá ser requerido, opcionalmente, pelo usuário por meio do SisGen, o qual será emitido após prévia deliberação do CGen para:

A. declarar a regularidade do acesso até a data de sua emissão; e

B. obstar a aplicação de sanções administrativas por parte do órgão competente especificamente em relação às atividades de acesso realizadas até a emissão do atestado.

Impressão dos cadastros e notificação

Após a conclusão do cadastro, o empregado habilitado deve providenciar um documento consolidado para impressão de um cadastro efetuado. Para tanto deve selecionar para edição o respectivo cadastro do qual deseja obter o documento (Ver Atualizar cadastro de acesso e envio, Atualizar cadastro de remessa ou Atualizar notificação). Ao final do formulário do cadastro, estará disponível a opção para obtenção do documento consolidado do cadastro, que será aberto no formato PDF em outra janela do navegador. Caso o cadastro contenha informações sigilosas, estarão disponíveis as versões 'Sigilosa' (com informações sigilosas) e 'Não sigilosa' (sem informações sigilosas). Esse documento deve ser arquivado pela Unidade e uma via deve ser encaminhada para o Líder do Projeto e para a CAR/SNE.



IV. CADASTRO DE REMESSA

1. Tipo de usuário

O primeiro passo para acessar o SisGen é cadastrar-se como pessoa física, mediante indicação de vínculo institucional com a Embrapa ([ver pág. 12](#)). Após esse procedimento, o sistema irá apresentar duas opções no campo “Tipo de Usuário”: “**Independente**” e “**Embrapa**”, sendo esta última a opção que deverá sempre ser selecionada no momento do cadastramento da remessa.

Cadastro de Remessa de Amostra de Patrimônio Genético

Tipo de Usuário:

Independente



* preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

Cadastro de acesso ou remessa de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado – Instrumento declaratório obrigatório das atividades de acesso ou remessa de patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado.

Usuário – Pessoa física ou jurídica que realiza acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ou explora economicamente produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

Remessa – Transferência de amostra de patrimônio genético para instituição localizada fora do País com a finalidade de acesso, na qual a responsabilidade sobre a amostra é transferida para a destinatária.

2. Responsável pelo Cadastro

Este campo deve ser utilizado para indicar o nome da pessoa responsável pelo cadastro. Para ser indicado como responsável pelo cadastro, o empregado deve antes se cadastrar como pessoa física no SisGen e deve ter seu **vínculo institucional aprovado pelo Representante Legal** ([ver pág. 12](#)).

Responsável pelo cadastro

Adicionar +

CPF:

Ativo:

Sim

Limpar

Salvar

Cancelar

* preenchimento obrigatório



Orientações CAR/SNE:

Terão vínculo institucional aprovado junto ao SisGen pelo Representante Legal da Embrapa somente o Chefe Geral da Unidade e os empregados designados por ele para preencher o cadastro, de acordo com a Resolução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2017.

A Unidade líder do projeto e, consequentemente, responsável pelo cadastro das atividades de acesso deverá, de acordo com a Resolução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2017, indicar também como responsável pelo cadastro um representante da Unidade que vier a ser responsável pela exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo, quando for o caso.

3. Esta remessa foi realizada em data anterior a 17/11/15?

Em relação a esse questionamento, serão apresentadas as opções de seleção **“Sim”** ou **“Não”**.

Esta remessa foi realizada em data anterior a 17/11/2015?:

Selezione ▼ *

Selezione

Sim *

Não

* preenchimento obrigatório

Opção **“Não”** – ao selecionar essa opção nenhum outro item será apresentado para preenchimento.

Opção **“Sim”** - ao selecionar essa opção será questionado se **“Tem autorização de regularização da remessa?”**, devendo-se selecionar **“Sim”** ou **“Não”**:

Esta remessa foi realizada em data anterior a 17/11/2015?:

Sim ▼ *

Tem autorização de regularização de remessa?:

Selezione ▼ *

Selezione

Sim *

Não

* preenchimento obrigatório

“Sim” – Neste caso, o sistema apresentará campos para o fornecimento das seguintes informações:

- Instituição que concedeu a autorização
- Numero do processo
- Numero da autorização

Esta remessa foi realizada em data anterior a 17/11/2015?:

Sim ▼ *

Tem autorização de regularização de remessa?:

Sim ▼ *

Instituição que concedeu a autorização:

Selezione ▼ *

Número do Processo:

▼ *

Número da Autorização:

▼ *

* preenchimento obrigatório

“Não” – Ao selecionar essa opção sistema questionará se o usuário deseja ou não aderir à regularização prevista no Art. 38 da Lei nº 13.123, de 2015? Em caso positivo, será necessário anexar **Termo de Compromisso** firmado com a União (representada pelo MMA) para regularização da remessa realizada sem a prévia autorização exigida pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Esta remessa foi realizada em data anterior a 17/11/2015?:	<input type="text" value="Sim"/>	*
Tem autorização de regularização de remessa?:	<input type="text" value="Não"/>	*

*preenchimento obrigatório

Deseja aderir à regularização prevista no art. 38 da Lei nº 13.123, de 2015?:	<input type="text" value="Sim"/>	*
Termo de Compromisso:		
Anexar Documento:		
<input type="button" value="Selecionar arquivo..."/>	Nenhum arquivo selecionado. *	

* preenchimento obrigatório

4. Este cadastro está vinculado a cadastro anterior de acesso?

Em relação a esse questionamento, serão apresentadas as opções de seleção **“Sim”** ou **“Não”**.

Este cadastro está vinculado a cadastro anterior de acesso?:	<input type="text" value="Não"/>	*
	Selecione	
	Sim	
	Não	

* preenchimento obrigatório

Opção **“Não”** – ao selecionar essa opção nenhum outro item será apresentado para preenchimento.

Opção **“Sim”** - ao indicar essa opção será necessário indicar o número do cadastro de acesso realizado anteriormente e que está vinculado ao cadastro de remessa.

Este cadastro está vinculado a cadastro anterior de acesso?:	<input type="text" value="Sim"/>	*
Número de Cadastro de Acesso		
<input type="button" value="Adicionar +"/>	*	

* preenchimento obrigatório

5. Termo de Transferência de Material:

Anexar **Termo de Transferência de Material** previamente firmado entre a Embrapa e a instituição destinatária das amostras, conforme modelo da Resolução nº 01/2016 do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN):

Termo de Transferência de Material:

Anexar Documento

Nenhum arqui... selecionado *

* preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

Termo de Transferência de Material - instrumento firmado entre remetente e destinatário para remessa ao exterior de uma ou mais amostras contendo patrimônio genético acessado ou disponível para acesso, que indica, quando for o caso, se houve acesso a conhecimento tradicional associado e que estabelece o compromisso de repartição de benefícios de acordo com as regras previstas nesta Lei



Orientações CAR/SNE:

O Termo de Transferência de Material (TTM) deve ser elaborado de acordo com as regras fixadas pela Resolução do CGEN nº 1, de 5 de outubro de 2016. A minuta do TTM deve ser previamente aprovada pela Assessoria Jurídica da Embrapa (AJU) e deve ser assinado pelos representantes legais das Partes. O extrato deve ser publicado no Diário Oficial da União e cadastrado no Sistema Administrativo de Informações Contratuais da Embrapa (SAIC/AJU)..

6. Atividades de acesso no exterior

O sistema disponibilizará campo para indicação das atividades que serão executadas no exterior, assim como indicação dos objetivos e uso pretendido e do setor de aplicação.

Atividades de acesso no exterior

Especificação das atividades a serem realizadas no exterior

Objetivos e uso pretendido

Setor de aplicação:

Seção

Selecione ▼ *



Divisão

Selecione ▼ *

Grupo

Selecione ▼ *

Classe

Selecione ▼ *

Subclasse

Selecione ▼ *

* preenchimento obrigatório

7. Sobre o componente do patrimônio genético a ser remetido

Adicionar informações sobre os componentes do patrimônio genético a serem remetidos:

Sobre o componente do Patrimônio Genético a ser remetido

Adicionar + *

* preenchimento obrigatório

Ao clicar em “Adicionar”, serão apresentados os seguintes itens para preenchimento:

9.1. O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva?

9.2. Tipo de componente

9.3. Sobre a procedência do patrimônio genético

9.4. Tipo de amostra a ser remetida/forma de acondicionamento

* preenchimento obrigatório

9.1. Em relação ao questionamento “O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira ou ilhas oceânicas) ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva?”, o sistema apresentará as seguintes opções:

Sim, área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira e ilhas oceânicas)

Sim, águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva

Sim, área indispensável à segurança nacional (faixa de fronteira e ilhas oceânicas) e águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva

Não

Caso seja selecionada a opção “Não”, nenhum item adicional será apresentado pelo sistema.

O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva:

Não ▾

* preenchimento obrigatório

Por outro lado, caso seja selecionada qualquer uma das três opções positivas, o sistema apresentará automaticamente o questionamento “**Este cadastro necessita de autorização prévia de acesso?**”, sendo apresentadas as seguintes opções para resposta:

Sim, com anuência do Conselho de Defesa Nacional e/ou do Comando da Marinha
Não
Não, já possuo autorização única de acesso

O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva:

Sim, de área indispensável à ▾

Este cadastro necessita de autorização prévia de acesso?

Selecione ▾ *

Selecione

Sim, com anuência do Conselho de Defesa Nacional

Não

Não, já possuo autorização única de acesso

Tipo de Componente:

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

* preenchimento obrigatório

Opção “**Sim, com anuência do Conselho de Defesa Nacional e/ou do Comando da Marinha**” - caso esta opção seja selecionada, a efetivação do cadastro de acesso dependerá de previa análise e aprovação do Conselho de Defesa Nacional (CDN) e/ou da autoridade marítima, conforme o caso. Caso seja indicada a necessidade de anuência do Comando da Marinha, serão requeridas as seguintes informações adicionais relacionadas à expedição: **período da expedição, limite das áreas marítimas planejadas, nº da inscrição da embarcação na Capitania dos Portos, Nome da embarcação, local de saída em terra da embarcação, local de chegada em terra da embarcação e equipe da expedição.**

O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva:

Sim, de área indispensável à ▾

Este cadastro necessita de autorização prévia de acesso?

Sim, com anuência do Conselho de Defesa N ▾ *

*preenchimento obrigatório

Opção “**Não**” - caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação de declaração de que:

I. A instituição responsável pelo cadastro, assim como quaisquer das instituições parceiras, não possuem acionistas controladores ou sócios que sejam pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras;

II. O acesso não será feito em associação com a pessoa jurídica sediada no exterior; e

III. A equipe da atividade de acesso não possui pessoa natural brasileira associada, financiada ou contratada por pessoa jurídica sediada no exterior).

O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva: **Sim, de área indispensável à**

Este cadastro necessita de autorização prévia de acesso? **Não** *

Declaro que:

- ☐ I. a instituição responsável pelo cadastro, assim como quaisquer instituições nacionais parceiras, não possuem acionistas controladores ou sócios que sejam pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras;
- ☐ II. acesso não será feito em associação com pessoa jurídica sediada no exterior; e
- ☐ III. a equipe da atividade de acesso não possui pessoa natural brasileira associada, financiada ou contratada por pessoa jurídica sediada no exterior.

* preenchimento obrigatório

Opção “**Não, já possuo autorização única de acesso**” - caso esta opção seja selecionada, será necessário anexar o arquivo contendo a autorização única obtida anteriormente.

O acesso ao patrimônio genético será realizado em área indispensável à segurança nacional ou águas jurisdicionais brasileiras, plataforma continental e zona econômica exclusiva: **Sim, de área indispensável à**

Este cadastro necessita de autorização prévia de acesso? **Não, já possuo autorização única de acesso** *

Autorização Única:

Escolher arquivo Nenhum arquivo selecionado *

* preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

A **Área indispensável à segurança nacional ou faixa de fronteira** consiste da faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional (Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979).

As **Ilhas oceânicas do Brasil** estão todas no Oceano Atlântico, são elas: Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Pernambuco); Arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco); Atol das Rocas (Rio Grande do Norte); Ilha da Trindade (Espírito Santo); Arquipélago de Martin Vaz (Espírito Santo).

As **Águas jurisdicionais brasileiras ou águas sob jurisdição nacional** são constituídas por:

- i. As águas interiores, rios, lagos, lagoas, canais, baías, angras e águas marítimas consideradas abrigadas;
- ii. O **mar territorial**, que compreende uma faixa de doze milhas marítima de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular, tal como indicada nas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente no Brasil (Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993).
- iii. A **zona contígua brasileira**, que compreende uma faixa que se estende das doze às vinte e quatro milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial (Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993).
- iv. A **plataforma continental**, que compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância (Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993).
- v. A **zona econômica exclusiva**, que compreende uma faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para medir a largura do mar territorial (Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993).

9.2. No que se refere ao item **“Tipo de componente”**, será necessário selecionar a opção correspondente, dentre as opções mostradas abaixo:

Tipo de Componente:

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Selecione *

- Selecione
- Fauna
- Flora (exceto algas)
- Fungos
- Algas
- Micro-organismos (exceto algas, fungos e vírus)
- Vírus
- Impossibilidade de identificação

* preenchimento obrigatório

Opção **“Fauna”** – caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: nome científico, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”**

Tipo de Componente:	<div>Fauna</div>	*
Nome científico:	<div>Gênero</div>	<div>Epíteto específico</div> *
Clique aqui para pesquisar		
Reino:	<div></div>	
Filo/Divisão:	<div></div>	
Classe:	<div></div>	
Ordem:	<div></div>	
Família:	<div></div>	
Nome(s) popular(es)	<div></div>	
Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?	<div>Selecione</div> *	

* preenchimento obrigatório

Opção **“Flora (exceto algas)”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: nome científico, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”**

Tipo de Componente:	<div>Flora (exceto algas)</div>	*
Nome científico:	<div>Gênero</div>	<div>Epíteto específico</div> *
Clique aqui para pesquisar		
Reino:	<div></div>	
Filo/Divisão:	<div></div>	
Classe:	<div></div>	
Ordem:	<div></div>	
Família:	<div></div>	
Nome(s) popular(es)	<div></div>	
Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?	<div>Selecione</div> *	

* preenchimento obrigatório

Opção **“Fungos”** – caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: nome científico, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família, Estirpe/Linhagem/Cepa e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”** (no caso dessa opção, marcar sempre **“Não”**).

Tipo de Componente:	Fungos *	
Nome científico:	Gênero	Epíteto específico *
Clique aqui para pesquisar		
Reino:		
Filo/Divisão:		
Classe:		
Ordem:		
Família:		
Estirpe/Linhagem/Cepa		
Nome(s) popular(es)		
Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?	Selecione *	

* preenchimento obrigatório

Opção **“Algas”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: nome científico, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”** (no caso dessa opção, marcar sempre **“Não”**).

Tipo de Componente:	Algas *	
Nome científico:	Gênero	Epíteto específico *
Clique aqui para pesquisar		
Reino:		
Filo/Divisão:		
Classe:		
Ordem:		
Família:		
Nome(s) popular(es)		
Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?	Selecione *	

* preenchimento obrigatório

Opção **“Microrganismos - exceto algas, fungos e vírus”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: nome científico, Domínio, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família, Estirpe/Linhagem/Cepa e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”** (no caso dessa opção, marcar sempre **“Não”**).

Tipo de Componente:	Micro-organismos (exceto alg) *	
Domínio:	<input type="text"/>	
Nome científico:	Gênero	Epíteto específico *
Clique aqui para pesquisar		
Reino:	<input type="text"/>	
Filo/Divisão:	<input type="text"/>	
Classe:	<input type="text"/>	
Ordem:	<input type="text"/>	
Família:	<input type="text"/>	
Estirpe/Linhagem/Cepa	<input type="text"/>	
Nome(s) popular(es)	<input type="text"/>	
Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?	Selecione *	

* preenchimento obrigatório

Opção **“Vírus”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: Família, Estirpe/Linhagem/Cepa, Espécie e Nomes Populares, sendo questionado ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”** (no caso dessa opção, marcar sempre **“Não”**).

Tipo de Componente:	Vírus *	
Família:	<input type="text"/>	
Estirpe/Linhagem/Cepa	<input type="text"/>	
Espécie	<input type="text"/>	
Nome(s) popular(es)	<input type="text"/>	
Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?	Selecione *	

* preenchimento obrigatório

Opção **“Impossibilidade de Identificação”** – essa opção deve ser selecionada quando ainda não tiver sido possível realizar a identificação taxonômica do material biológico utilizado nas atividades do projeto. Caso essa opção seja selecionada, o sistema exigirá a apresentação das seguintes informações: Gênero, Domínio, Reino, Filo/Divisão, Classe, Ordem, Família e **justificativa da impossibilidade de identificação taxonômica**. Exige-se ainda a seguinte declaração: “Declaro não ser possível a identificação taxonômica no presente momento, de acordo com a justificativa acima, e o cadastro será atualizado caso os espécimes sejam identificados”. Finalmente, questiona-se ainda se **“Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?”** (no caso dessa opção, marcar sempre **“Não”**).

Tipo de Componente:	Impossibilidade de identificaçã; ▼ *
Identificação mais específica possível:	
Domínio:	<input type="text"/>
Reino:	<input type="text"/>
Filo/Divisão:	<input type="text"/>
Classe:	<input type="text"/>
Ordem:	<input type="text"/>
Família:	<input type="text"/>
Gênero:	<input type="text"/>
Justificativa da impossibilidade de identificação taxonômica	<input type="text"/> * 🔒
<input type="checkbox"/> Declaro não ser possível a identificação taxonômica no presente momento, de acordo com a justificativa acima, e o cadastro será atualizado caso os espécimes sejam identificados. *	
Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?	Selecione ▼ *

* preenchimento obrigatório

Em relação ao questionamento “**Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?**”, caso seja selecionada a opção “**Não**”, nenhuma informação adicional será requerida.

Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula?	Não ▼ *
---	---------

* preenchimento obrigatório

Por outro lado, ao selecionar a opção “**Sim**”, será questionado em seguida se “**A remessa de patrimônio genético de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula destina-se exclusivamente para acesso em atividades agrícolas?**”, sendo que, em caso **negativo** será solicitado anexar o **Consentimento Prévio Informado da população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional que cria, desenvolve, detém ou conserva a variedade ou a raça.**

Trata-se de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula? *

A remessa de patrimônio genético de variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula destina-se exclusivamente para acesso em atividades agrícolas? *

Consentimento Prévio Informado:
Anexar Documento:
 Nenhum arquivo selecionado *

*preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

Consentimento Prévio Informado - consentimento formal, previamente concedido por população indígena ou comunidade tradicional segundo os seus usos, costumes e tradições ou protocolos comunitários.

Protocolo Comunitário - norma procedimental das populações indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores tradicionais que estabelece, segundo seus usos, costumes e tradições, os mecanismos para o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios de que trata esta Lei.

Variedade tradicional local ou crioula - variedade proveniente de espécie que ocorre em condição in situ ou mantida em condição ex situ, composta por grupo de plantas dentro de um táxon no nível mais baixo conhecido, com diversidade genética desenvolvida ou adaptada por população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional, incluindo seleção natural combinada com seleção humana no ambiente local, que não seja substancialmente semelhante a cultivares comerciais.

Raça localmente adaptada ou crioula - raça proveniente de espécie que ocorre em condição in situ ou mantida em condição ex situ, representada por grupo de animais com diversidade genética desenvolvida ou adaptada a um determinado nicho ecológico e formada a partir de seleção natural ou seleção realizada adaptada por população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional.

Orientações CAR/SNE:



A comprovação do consentimento prévio informado poderá ocorrer, a critério da população indígena, da comunidade tradicional ou do agricultor tradicional, pelos seguintes instrumentos:

- I - assinatura de termo de consentimento prévio;
- II - registro audiovisual do consentimento;
- III - parecer do órgão oficial competente; ou
- IV - adesão na forma prevista em protocolo comunitário.

As diretrizes e orientações para formalização do Consentimento Prévio Informado estão listadas nos Art. 16 e 17 do Decreto nº 8.772, de 2016.

9.3. Em relação ao item “**Sobre a procedência do patrimônio genético**” deve-se adicionar a procedência de cada uma das amostras mediante seleção de uma das opções mostradas abaixo:

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: Selecione ▼ *

Selecione
 In situ
 Ex situ
 In silico
 Produto intermediário

*preenchimento obrigatório

Opção 1 - “**In situ**”: caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: UF, município, latitude e longitude (coordenadas geográficas do local de coleta), bioma e data da obtenção (data de coleta).

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: In situ ▼ *

UF: Selecione ▼ *

Município: Selecione ▼ *

Latitude: ☐ N ☐ S *

Longitude: ☐ E ☐ W *

Bioma: Selecione ▼ *

Data da obtenção:

* preenchimento obrigatório



Orientações CAR/SNE:

Para variedade tradicional local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula as áreas de cultivo e criação são consideradas in situ

Opção 2 - “**Ex situ**”: caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para detalhamento do “Tipo de fonte ex situ”, sendo apresentadas as possibilidades de seleção listadas abaixo:

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: Ex situ ▼ *

Tipo de fonte ex situ: Selecione ▼ *

Selecione
 Selecione
 Coleção Biológica
 Comércio
 Cultivo ou Criadouro
 Outras coleções ex situ

* preenchimento obrigatório

2.1. **“Ex situ - Coleção Biológica”**: caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: nome da instituição mantenedora da coleção, nome da coleção, nº do voucher ou de código de acesso do depósito concedido pela coleção, UF, município, latitude e longitude (coordenadas geográficas do local de coleta), bioma e data da coleta.

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: Ex situ *

Tipo de fonte ex situ: Coleção Biológica *

Instituição mantenedora da Coleção: *

Nome da Coleção *

Informações da amostra na Coleção

Nº do voucher ou de código de acesso do depósito concedido pela coleção: *

UF: Seleccione *

Município: Seleccione *

Latitude: N S *

Longitude: E W *

Bioma: Seleccione *

Data da coleta: *

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

2.2. **“Ex situ - Comércio”** - caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: nome do estabelecimento comercial de aquisição da amostra, UF, município e data da obtenção da amostra.

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: Ex situ *

Tipo de fonte ex situ: Comércio *

Nome do estabelecimento Comercial de Aquisição: *

UF: Seleccione *

Município: Seleccione *

Data da obtenção: *

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

2.3. “Ex situ - Cultivo ou criadouro” - caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: UF, município, latitude e longitude (coordenadas geográficas do local de obtenção da amostra) e data da obtenção da amostra.

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: Ex situ *

Tipo de fonte ex situ: Cultivo ou Criadouro *

Área da Plantação: Selecione *

UF: Selecione *

Município: Selecione *

Latitude: N S [] [] [] *

Longitude: E W [] [] [] *

Data de obtenção: [] [] [] *

Limpar Salvar Cancelar

* preenchimento obrigatório

2.4. “Ex situ - Outras coleções ex situ” - caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: nome da instituição mantenedora da coleção, nome da coleção, UF, município, latitude e longitude (coordenadas geográficas do local de coleta), bioma e data da coleta.

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: Ex situ *

Tipo de fonte ex situ: Outras coleções ex situ *

Instituição mantenedora da Coleção: [] *

Nome da Coleção: [] *

Informações da amostra na Coleção

UF: Selecione *

Município: Selecione *

Latitude: N S [] [] [] *

Longitude: E W [] [] [] *

Bioma: Selecione *

Data da coleta: [] [] [] *

Limpar Salvar Cancelar

*preenchimento obrigatório

Opção 3 - “**In silico**”:

caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará campos para inclusão das seguintes informações: identificação do banco de dados de obtenção das informações, código de acesso no banco de dados, link para acesso à informação no banco de dados, UF, município, latitude e longitude (coordenadas geográficas do local de coleta), bioma e data da coleta.

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: In silico *

Identificação do banco de dados de obtenção: *

Informações da amostra no Banco

Código de acesso no banco de dados *

Indicar link para acesso à informação no banco de dados *

UF: Seleccione

Município: Seleccione

Latitude: N S *

Longitude: E W *

Bioma: Seleccione

Data da coleta: *

Limpar Salvar Cancelar

*preenchimento obrigatório

Opção 4 - “**Produto Intermediário**”:

caso esta opção seja selecionada, o sistema apresentará novas telas para inclusão das seguintes informações: nome do produto, nome do fabricante, CNPJ.

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra: Produto intermediário *

Nome do Produto *

Nome do Fabricante *

CNPJ *

*preenchimento obrigatório

Além disso, será questionado se **“O produto intermediário é oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado?”**

Opção **“Sim”** – neste caso será necessário indicar a data de conclusão das atividades de acesso.

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra:

Produto intermediário *

Nome do Produto

*

Nome do Fabricante

*

CNPJ

*

O produto intermediário é oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado?

Sim *

Data de conclusão do acesso

*

Limpar

Salvar

Cancelar

*preenchimento obrigatório

Opção **“Não”** - neste caso, será questionado se **“O produto é óleo fixo ou extrato resultante de atividades elencadas no art. 107 do Decreto nº 8.772/2016?”**. Caso a resposta para esse novo questionamento seja novamente **“Não”**, será apresentado o campo para especificação do tipo de produto intermediário utilizado (caso a resposta seja **“Sim”** nenhum campo adicional será apresentado).

Sobre a Procedência do Patrimônio Genético

Adicionar + *

Procedência da amostra:

Produto intermediário *

Nome do Produto

*

Nome do Fabricante

*

CNPJ

*

O produto intermediário é oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado?

Não *

O produto é óleo fixo ou extrato resultante de atividades elencadas no art. 107 do Decreto nº 8.772/2016?

Não *

Especifique o tipo do produto intermediário

*

Limpar

Salvar

Cancelar

*preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

Condições in situ - condições em que o patrimônio genético existe em ecossistemas e habitats naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde naturalmente tenham desenvolvido suas características distintivas próprias, incluindo as que formem populações espontâneas.

Produto Intermediário - consiste daquele produto cuja natureza é a utilização em cadeia produtiva, que o agregará em seu processo produtivo, na condição de insumo, excipiente e matéria-prima, para o desenvolvimento de outro produto intermediário ou de produto acabado. Os insumos utilizados nas atividades agrícolas são produtos intermediários, sendo que se consideram insumos para atividades agrícolas os bens que sejam consumidos na atividade de produção ou que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação, desde que não estejam incluídas no ativo imobilizado.

9.4. Em relação ao item “Tipo de amostra a ser remetida/forma de acondicionamento”, selecionar inicialmente o tipo de amostra a ser remetida, dentre as seguintes opções:

Amostra vegetal, fúngica ou animal (organismos inteiros ou partes destes);
Mudas ou sementes;
Extratos vegetais, animais ou fúngico;
Cultura de tecido, animais ou vegetais;
Substratos (solo, água, sangue, urina, fezes, dentre outros) contendo material biológico;
Micro-organismos isolados (exceto fungos e vírus)
Fungos isolados / Cultura de fungos
Vírus
Material Genético isolado (inclusive transposons, plasmídeos, dentre outros)
Informação in silico
Outros

Tipo de amostra a ser remetida:

Forma de acondicionamento:

Adicionar + *

Limpar

Selecione *

Selecione

Amostra vegetal, fúngica ou animal (organismos inteiros ou partes destes)

Mudas ou Sementes

Extratos vegetais, animais ou fúngicos

Cultura de células animais ou vegetais

Substratos (solo, água, sangue, urina, fezes, dentre outros) contendo material biológico

Micro-organismos isolados (exceto fungos e vírus)

Fungos isolados / Cultura de fungos

Vírus

Material Genético isolado (inclusive transposons, plasmídeos, dentre outros)

Informação in silico

Outros

*preenchimento obrigatório

Em seguida, será necessário adicionar a forma de acondicionamento, onde serão requeridas as seguintes informações: **Forma de acondicionamento, Quantidade de recipientes, Volume a ser remetido, Método do envio e Número do conhecimento de carga:**

Forma de acondicionamento:

Adicionar + *

Forma de acondicionamento: Seleccione *

Quantidade Recipiente

Volume a ser remetido

Método do envio:

Número do conhecimento de carga:

Limpar

Selecione

Amostra líquida em tubo de microcentrifuga (ependorf)

Amostra sólida em tubo de microcentrifuga (ependorf)

Material herborizado / exsicata

Material entomológico fixado em caixas

Material zoológico fixado em caixas

Material zoológico fixado em frascos

Material zoológico fixado em sacos plásticos

Material zoológico fixado em lâmina (Lâminas de microscopia)

Placas de cultivo, com substrato

Tubos de centrifuga

Garrafa/frasco com meio de cultivo

Amostra líquida em recipientes diversos (garrafas, tambores, galões e bombonas)

Outra

* preenchimento obrigatório

Forma de acondicionamento:

Adicionar + *

Forma de acondicionamento: Seleccione *

Quantidade Recipiente

Volume a ser remetido

Método do envio: Seleccione *

Número do conhecimento de carga:

Limpar Salvar Cancelar

Selecione

Em mãos

Correios

Remessa expressa

SISCOMEX

= preenchimento obrigatório

8. Instituição destinatária no exterior

Nesse item serão requeridas as seguintes informações sobre a instituição destinatária das amostras e de seu representante legal:

I. Dados da instituição:

- a) Nome institucional;
- b) País;
- c) Região;
- d) Município;
- e) Código Postal;
- f) Endereço;
- g) Telefone;
- h) E-mail.

Instituição Destinatária no Exterior	
Nome Institucional	<input type="text"/> *
País:	<input type="text" value="Selecione"/> *
Região:	<input type="text"/> *
Município:	<input type="text"/> *
Código Postal:	<input type="text"/> *
Endereço:	<input type="text"/> *
Telefone:	<input type="text"/>
Email:	<input type="text"/>


* preenchimento obrigatório


II. Dados do representante legal:


- a) Nome;
- b) Tipo de documento;
- c) Número do documento;
- d) Endereço;
- e) Telefone;
- f) E-mail.


Representante Legal da Instituição Destinatária


Adicionar + *


Nome: * 

Tipo de Documento: * 

Número do Documento: * 

Endereço: * 

Telefone: * 

Email: * 

Limpar

Salvar

Cancelar

*preenchimento obrigatório

9. Termos de uso

Ao final do preenchimento do formulário de cadastro de remessa, será necessário **aceitar os Termo de Uso do SisGen**. Logo abaixo são apresentadas as opções para **“Salvar Rascunho”** e **“Cadastrar”**.

Termos de uso do SisGen:

Ao realizar este cadastro no SisGen, o usuário reconhece e declara:

- I. Ter conhecimento da legislação pertinente, em especial da Lei nº 13.123/2015, e de seus regulamentos;
- II. estar ciente do compromisso de não revelar informação reconhecida como sigilosa a que vier ter conhecimento pelo SisGen, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, conforme disposto na legislação vigente (Arts. 153, 154 e 325 do Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848/1940); e
- III. ter conferido e ser o detentor dos dados acima informados, respondendo pela sua veracidade, e que os documentos anexados são fac símile dos originais e estarão disponíveis para conferência pelos órgãos competentes, sempre que solicitado, sob pena prevista nos Arts. 299, 307 e 308 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

☐ Eu li e concordo com os termos de uso.

Cadastrar

Salvar Rascunho

10. Consulta às remessas cadastradas

Depois de submetido o cadastro de remessa, será possível resgatar as informações cadastradas clicando-se na opção “**Remessas Cadastradas**” no menu localizado à esquerda.

Na tela apresentada são apresentados links para **visualizar** ou **editar** o cadastro, assim como para impressão do **comprovante de cadastro** e da **certidão**.

Atualização de Remessas

Remessas Cadastradas

Código Identificador:

1 registro encontrado

Número do Cadastro	Tipo de Usuário	Data	Situação	Editar	Visualizar	Comprovante	Certidão
R2DCA9C	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	29/03/2017 15:33	Concluído				

Orientações CAR/SNE:

O Comprovante de Cadastro de Remessa constitui documento hábil para demonstrar que o usuário prestou as informações que lhe eram exigidas e produz os seguintes efeitos:

- A.** Permite a efetivação da remessa;
- B.** Estabelece o início do procedimento de verificação previsto na Seção VII do Decreto nº 8.772, de 2016.

Além do Comprovante de Cadastro de Remessa, as amostras deverão estar acompanhadas do respectivo TTM para serem regularmente remetidas.

O usuário não necessitará aguardar o término do procedimento de verificação de para realizar a remessa.

A Certidão será disponibilizada ao usuário pelo SisGen após decorrido o prazo do procedimento administrativo de verificação e contera declaração de que o cadastro:

- A.** não foi objeto de requerimento de verificação; ou
- B.** foi objeto de requerimento de verificação e que este não foi acatado.

A Certidão possibilita que o usuário seja inicialmente advertido pelo órgão fiscalizador antes de receber qualquer outra sanção administrativa, caso a autuação ocorra sobre fatos informados no respectivo cadastro de remessa.



V. CADASTRO DE NOTIFICAÇÃO

1. Tipo de usuário

O primeiro passo para acessar o SisGen é cadastrar-se como pessoa física, mediante indicação de vínculo institucional com a Embrapa ([ver pág. 12](#)). Após esse procedimento, o sistema irá apresentar duas opções no campo “Tipo de Usuário”: “**Independente**” e “**Embrapa**”, sendo esta última a opção que deverá sempre ser selecionada no momento do cadastramento das atividades.

Cadastro de Notificação de Produto

Tipo de Usuário:

Embrapa



*preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

Usuário – pessoa física ou jurídica que realiza acesso a patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ou explora economicamente produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado.

Notificação de produto - instrumento declaratório que antecede o início da atividade de exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o usuário declara o cumprimento dos requisitos desta Lei e indica a modalidade de repartição de benefícios, quando aplicável, a ser estabelecida no acordo de repartição de benefícios.

Produto acabado - produto cuja natureza não requer nenhum tipo de processo produtivo adicional, oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado seja um dos elementos principais de agregação de valor ao produto, estando apto à utilização pelo consumidor final, seja esta pessoa natural ou jurídica.

Material Reprodutivo - material de propagação vegetal ou de reprodução animal de qualquer gênero, espécie ou cultivo proveniente de reprodução sexuada ou assexuada.

Orientações CAR/SNE:



A notificação deve ser realizada antes do início da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado.

Considera-se iniciada a exploração econômica quando ocorrer a emissão da primeira nota fiscal de venda do produto acabado ou material reprodutivo.

2. Responsável pelo Cadastro

Este campo deve ser utilizado para indicar o nome da pessoa responsável pelo cadastro. Para ser indicado como responsável pelo cadastro, o empregado deve antes se cadastrar como pessoa física no SisGen e deve ter seu vínculo institucional aprovado pelo Representante Legal ([ver pág. 12](#)).

Responsável pelo cadastro

Adicionar + *

CPF:

*

Ativo:

Sim

▼

*

Limpar

Salvar

Cancelar

*preenchimento obrigatório



Orientações CAR/SNE:

Terão vínculo institucional aprovado junto ao SisGen pelo Representante Legal da Embrapa somente o Chefe Geral da Unidade e os empregados designados por ele para preencher o cadastro, de acordo com a Resolução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2017.

O(s) responsáveis pela Notificação deverão estar vinculados à Unidade responsável pela exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo

3. Número de Cadastro de Acesso/Remessa

Adicionar número de cadastro de acesso ou remessa realizado anteriormente e que esteja vinculado às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que resultaram na geração do material reprodutivo ou produto acabado (obter número junto à Unidade responsável pelas atividades).

Número de Cadastro de Acesso/Remessa

Adicionar + *

Número de cadastro de acesso/remessa:

*

Limpar

Salvar

Cancelar

*preenchimento obrigatório

4. Tipo de produto para Notificação:

Indicar o tipo de produto objeto da Notificação dentre as seguintes opções:

- | |
|--|
| A. Produto Acabado (exceto para Atividades Agrícolas) |
| B. Produto Acabado (para Atividades Agrícolas) |
| C. Material Reprodutivo – Para Atividades Agrícolas (último elo da cadeia produtiva) |
| D. Material Reprodutivo – De uso exclusivo nas cadeias produtivas que não envolvam Atividade Agrícolas |
| E. Material Reprodutivo – Para Atividades Agrícolas (meio da cadeia produtiva) |

Tipo de Produto para Notificação:

Selecionar

Selecionar

Produto Acabado (exceto para atividades agrícolas)

Produto Acabado (para atividades agrícolas)

Material Reprodutivo - Para Atividades Agrícolas (último elo da cadeia produtiva)

Material Reprodutivo - De uso Exclusivo nas Cadeias Produtivas que não Envolvam Atividade Agrícolas

Material Reprodutivo - Para atividades agrícolas (meio da cadeia produtiva)

*preenchimento obrigatório

Conceitos Aplicáveis:

Produto Acabado - produto cuja natureza não requer nenhum tipo de processo produtivo adicional, oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, no qual o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado seja um dos elementos principais de agregação de valor ao produto, estando apto à utilização pelo consumidor final, seja esta pessoa natural ou jurídica.

Material Reprodutivo - material de propagação vegetal ou de reprodução animal de qualquer gênero, espécie ou cultivo proveniente de reprodução sexuada ou assexuada.

Produto Intermediário - produto cuja natureza é a utilização em cadeia produtiva, que o agregará em seu processo produtivo, na condição de insumo, excipiente e matéria-prima, para o desenvolvimento de outro produto intermediário ou de produto acabado.

Atividades Agrícolas - atividades de produção, processamento e comercialização de alimentos, bebidas, fibras, energia e florestas plantadas.

Último elo da cadeia produtiva - considera-se o último elo da cadeia produtiva o produtor responsável pela venda de material reprodutivo para a produção, processamento e comercialização de alimentos, bebidas, fibras, energia e florestas plantadas.

Apelo Mercadológico - referência a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado, a sua procedência ou a diferenciais deles decorrentes, relacionada a um produto, linha de produtos ou marca, em quaisquer meios de comunicação visual ou auditiva, inclusive campanhas de marketing ou destaque no rótulo do produto.

Características Funcionais - características que determinem as principais finalidades, aprimorem a ação do produto ou ampliem o seu rol de finalidades

A. Opção **“Produto Acabado (exceto para Atividades Agrícolas)”**: Ao selecionar essa opção, serão apresentados os seguintes questionamentos:

i. **O Patrimônio Genético e/ou Conhecimento Tradicional Associado utilizado contribui para a formação do Apelo Mercadológico?** Opções de resposta: **“Sim”** ou **“Não”**

ii. **O Patrimônio Genético e/ou o Conhecimento Tradicional Associado utilizado é determinante para a existência de Características Funcionais?** Opções de resposta: **“Sim”** ou **“Não”**

Tipo de Produto para Notificação: Produto Acabado (exceto para) *

Identificação Comercial do Produto: *

Classificação NCM do Produto: *

Sector de Aplicação:

Seção Selecione * ⓘ

Divisão Selecione *

Grupo Selecione *

Classe Selecione *

Subclasse Selecione *

O patrimônio Genético e/ou o Conhecimento Tradicional Associado Utilizado Contribui para a Formação do Apelo Mercadológico? Selecionar *

O Patrimônio Genético e/ou o Conhecimento Tradicional Associado Utilizado é Determinante para a Existência de Características Funcionais? Selecionar *

*preenchimento obrigatório

Caso seja selecionada a resposta “**Não**” para ambos os questionamentos, será apresentada apenas a opção “**Isento**” para o item referente à “**Modalidade da Repartição de Benefícios**”, sendo então necessário anexar “**Declaração de Enquadramento de Isenção**”.

O patrimônio Genético e/ou o Conhecimento Tradicional Associado Utilizado Contribui para a Formação do Apelo Mercadológico? Não *


O Patrimônio Genético e/ou o Conhecimento Tradicional Associado Utilizado é Determinante para a Existência de Características Funcionais? Não *

*preenchimento obrigatório

Modalidade da Repartição de Benefícios: Isento *

Declaração de Enquadramento de Isenção:

Anexar Documento:

Selecionar arquivo... Nenhum arquivo selecionado. * 

* preenchimento obrigatório

Orientações CAR/SNE:

De acordo com o Art. 54 do Decreto nº 8.772, de 2016, está isenta da obrigação de repartição de benefícios a exploração econômica de:

I - produto acabado ou material reprodutivo desenvolvido pelos agricultores tradicionais e suas cooperativas, com receita bruta anual igual ou inferior ao limite máximo estabelecido no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - produto acabado ou material reprodutivo desenvolvido pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte e pelos microempreendedores individuais, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006;

III - operações de licenciamento, transferência ou permissão de utilização de qualquer forma de direito de propriedade intelectual sobre produto acabado, processo ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado por terceiros;

IV - produtos intermediários ao longo da cadeia produtiva;

V - material reprodutivo ao longo da cadeia produtiva de material reprodutivo, exceto a exploração econômica realizada pelo último elo da cadeia produtiva;

VI - material reprodutivo oriundo de acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado para fins de atividades agrícolas e destinado exclusivamente à geração de produtos acabados; e

VII - produto acabado ou material reprodutivo oriundo do acesso ao patrimônio genético de espécies introduzidas no território nacional pela ação humana, ainda que domesticadas, ressalvado o disposto nos incisos I e II do § 3º do art. 18 da Lei nº 13.123, de 2015.

Por outro lado, caso seja selecionada a resposta **“Sim”** para qualquer um dos questionamentos, o sistema apresentará duas modalidades para a repartição de benefícios: **“Monetária”** e **“Não Monetária”**.

O patrimônio Genético e/ou o Conhecimento Tradicional Associado Utilizado Contribui para a Formação do Apelo Mercadológico? *

O Patrimônio Genético e/ou o Conhecimento Tradicional Associado Utilizado é Determinante para a Existência de Características Funcionais? *

*preenchimento obrigatório

Modalidade da Repartição de Benefícios: *

Monetária
Não Monetária

*preenchimento obrigatório

Caso seja selecionada a modalidade **“Monetária”**, o sistema exigirá a apresentação de informações sobre a Receita Líquida Anual obtida com a exploração econômica e o valor da repartição de benefícios. Além disso, será necessário anexar:

- ✓ **Comprovação da Receita Líquida auferida e**
- ✓ **Comprovante de pagamento da repartição de benefícios.**

Modalidade da Repartição de Benefícios: Monetária *

Ano Fiscal: 2017

Receita Líquida Anual Obtida com a Exploração Econômica: [locked]

(conforme art. 45 do Decreto nº 8.772/2016)

Comprovação da Receita Líquida Auferida:
Anexar Documento:
 Selecionar arquivo... Nenhum arquivo selecionado [locked]

Valor da Repartição de Benefícios: 1% do Valor da Receita [locked]

Comprovante de Pagamento da Repartição de Benefícios:
Anexar Documento:
 Selecionar arquivo... Nenhum arquivo selecionado [locked]

Limpar Salvar

*preenchimento obrigatório

Orientações CAR/SNE:

Nos casos em que o produto acabado ou material reprodutivo for oriundo exclusivamente de acesso ao patrimônio genético e não se enquadre em nenhuma das hipóteses de isenção de repartição de benefícios, o usuário deverá optar pela modalidade monetária ou não monetária para a repartição de benefícios. Caso opte pela modalidade não monetária, o sistema disponibilizará campo para anexar o acordo de repartição de benefícios. Nos termos da Lei nº 13.123, de 2015, a apresentação do acordo de repartição de benefícios não é obrigatória no momento da notificação nos casos em que não envolver conhecimento tradicional associado, podendo ser apresentado em até 365 dias.

Nos casos em que o produto acabado ou material reprodutivo for oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado de origem não identificável, sem acesso ao conhecimento tradicional de origem identificável, e não se enquadre em nenhuma das hipóteses de isenção de repartição de benefícios, o SisGen disponibilizará apenas a modalidade monetária para a repartição de benefícios

Nos casos em que o produto acabado ou material reprodutivo for oriundo de acesso ao conhecimento tradicional associado de origem identificável, independentemente se houve também acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado de origem não identificável, e não se enquadre em nenhuma das hipóteses de isenção de repartição de benefícios, o usuário deverá indicar a modalidade monetária ou não monetária para a repartição de benefícios. Independentemente da modalidade de repartição de benefícios escolhida, a apresentação do acordo de repartição de benefícios é obrigatória no momento da notificação, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 34 do Decreto nº 8.772, de 2016.

No caso da modalidade de repartição de benefícios monetária, será devida uma parcela de 1% (um por cento) da receita líquida anual obtida com a exploração econômica, ressalvada a hipótese de redução para até 0,1 (um décimo) por acordo setorial.

Caso seja selecionada a modalidade “**Não Monetária**”, o sistema exigirá informações sobre a Receita Líquida Anual obtida com a exploração econômica, bem como a apresentação dos seguintes documentos:

- ✓ **Acordo de Repartição de Benefícios;**
- ✓ **Comprovação da Receita Líquida auferida; e**
- ✓ **Comprovante de equivalência com a receita líquida.**

Modalidade da Repartição de Benefícios: Não Monetária *

Acordo de Repartição de Benefícios:
Anexar Documento:
Selecionar arquivo... Nenhum arquivo selecionado.

Ano Fiscal: 2017

Receita Líquida Anual Obtida com a Exploração Econômica:

(conforme art. 45 do Decreto nº 8.772/2016)

Comprovação da Receita Líquida Auferida:
Anexar Documento:
Selecionar arquivo... Nenhum arquivo selecionado.

Comprovante da Equivalência com a Receita Líquida:
Anexar Documento:
Selecionar arquivo... Nenhum arquivo selecionado.

Limpar Salvar

* preenchimento obrigatório

Orientações CAR/SNE:



A Repartição de Benefícios (RB) consiste na divisão dos benefícios provenientes da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo desenvolvido a partir do acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado.

De um lado dessa relação estão os usuários, ou seja, o fabricante do produto acabado ou o responsável pelo último elo da cadeia produtiva de material reprodutivo e do outro lado estão os detentores de conhecimentos tradicionais, no caso de acesso a CTA, ou a União, que representa os interesses da população brasileira sobre o patrimônio genético, que é um bem de uso comum do povo.

A repartição de benefícios poderá ocorrer nas modalidades monetária e não monetária, sendo que a Lei estabelece delimita a negociação, o recolhimento e a aplicação de acordo com o tipo de acesso que deu origem ao produto pelo qual é devida a repartição (acesso a PG sem CTA; acesso a CTA de origem identificável; acesso a CTA de origem não identificável).

A Repartição devida aos provedores de CTA é estabelecida em negociação por usuários e provedores, considerando também o Consentimento Prévio Informado obtido e, quando houver, o Protocolo Comunitário. Essa negociação resulta no Acordo de Repartição de Benefícios que poderá ocorrer em modalidade monetária ou não monetária.

Orientações CAR/SNE:

No caso da Repartição de Benefícios decorrendo de produto desenvolvido a partir de acesso ao patrimônio genético, poderá ser feito um Acordo de repartição de Benefícios com a União para modalidade não monetária.

Também existem algumas hipóteses em que os recursos da Repartição de Benefícios são destinados ao Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios (FNRB), também criado pela Lei nº 13.123/2015, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Enquadra-se nesse caso, por exemplo, a repartição de benefícios na modalidade monetária por exploração econômica de produto derivado de acesso a patrimônio genético. Para esse caso, o valor da repartição será o definido em Lei nº 13.123/2015 no montante de 1% (um por cento) da receita líquida anual obtida com a exploração econômica do produto acabado ou do material reprodutivo.

A repartição de benefícios não monetária pode ser cumprida, dentre outras opções, mediante:

- a) projetos para conservação ou uso sustentável de biodiversidade ou para proteção e manutenção de conhecimentos, inovações ou práticas de populações indígenas, de comunidades tradicionais ou de agricultores tradicionais, preferencialmente no local de ocorrência da espécie em condição in situ ou de obtenção da amostra quando não se puder especificar o local original;
- b) transferência de tecnologias;
- c) disponibilização em domínio público de produto, sem proteção por direito de propriedade intelectual ou restrição tecnológica;
- d) licenciamento de produtos livre de ônus;
- e) capacitação de recursos humanos em temas relacionados à conservação e uso sustentável do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado; e
- f) distribuição gratuita de produtos em programas de interesse social.

A repartição de benefícios não monetária correspondente a transferência de tecnologia poderá realizar-se, dentre outras formas, mediante:

- I - participação na pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- II - intercâmbio de informações;
- III - intercâmbio de recursos humanos, materiais ou tecnologia entre instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada, e instituição de pesquisa sediada no exterior;
- IV - consolidação de infraestrutura de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico; e
- V - estabelecimento de empreendimento conjunto de base tecnológica.

B. Opção **“Produto Acabado (para Atividades Agrícolas)”**: Caso esta opção seja selecionada, o sistema mostrará automaticamente uma única opção **“Isento”** para o item referente à **“Modalidade da Repartição de Benefícios”**.

Tipo de Produto para Notificação:

Produto Acabado (para ativida: ▼ *

* preenchimento obrigatório

Modalidade da Repartição de Benefícios:

Selecione ▼ *

Selecione

Isento

*preenchimento obrigatório

C. Opção “**Material Reprodutivo – Para Atividades Agrícolas (último elo da cadeia produtiva)**”: Caso esta opção seja selecionada, o sistema mostrará automaticamente as opções “**Monetária**” e “**Não Monetária**” no item referente à “**Modalidade da Repartição de Benefícios**”.

Tipo de Produto para Notificação:

Material Reprodutivo - Para A ▼ *

*preenchimento obrigatório

Modalidade da Repartição de Benefícios:

Selecione ▼ *

Selecione

Monetária

Não Monetária

*preenchimento obrigatório

D. Opção “**Material Reprodutivo – De uso exclusivo nas cadeias produtivas que não envolvam Atividade Agrícolas**”: Caso esta opção seja selecionada, o sistema mostrará automaticamente uma única opção “**Isento**” para o item referente à “**Modalidade da Repartição de Benefícios**”.

Tipo de Produto para Notificação:

Material Reprodutivo - De usc ▼ *

*preenchimento obrigatório

Modalidade da Repartição de Benefícios:

Selecione ▼ *

Selecione

Isento

*preenchimento obrigatório

E. Opção “**Material Reprodutivo – Para Atividades Agrícolas (meio da cadeia produtiva)**”: Caso esta opção seja selecionada, o sistema mostrará automaticamente uma única opção “**Isento**” para o item referente à “**Modalidade da Repartição de Benefícios**”.

Tipo de Produto para Notificação:

Material Reprodutivo - Para a ▼ *

*preenchimento automático

Modalidade da Repartição de Benefícios:

Selecione ▼ *

Selecione

Isento

*preenchimento automático

5. Identificação comercial do produto e Classificação NCM do Produto:

Independentemente do tipo de produto objeto da Notificação, o sistema exigirá também a Identificação comercial do produto (nome comercial) e a Classificação NCM do Produto.

Identificação Comercial do Produto:	<input type="text"/>	*
Classificação NCM do Produto:	<input type="text"/>	*

*preenchimento obrigatório



Orientações CAR/SNE:

Para obter o número da Classificação NCM, realizar pesquisa no seguinte link: www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/PesquisarNCM.jsp

6. Setor de aplicação e abrangência da comercialização do Produto Acabado ou Material Reprodutivo

Será também requerido o “Setor de Aplicação” (campos Seção, Divisão, Grupo, Classe e Subclasse) e a “Abrangência da comercialização do Produto Acabado ou Material Reprodutivo” (Nacional e/ou Internacional, sendo que no caso de previsão de comercialização no exterior, será necessário informar os países).

Setor de Aplicação:	Seção	<input type="text" value="Selecione"/>	*	
	Divisão	<input type="text" value="Selecione"/>	*	
	Grupo	<input type="text" value="Selecione"/>	*	
	Classe	<input type="text" value="Selecione"/>	*	
	Subclasse	<input type="text" value="Selecione"/>	*	
Abrangência da Comercialização do Produto Acabado ou Material Reprodutivo:		<input type="checkbox"/> Nacional	<input type="checkbox"/> Internacional	*

*preenchimento obrigatório

Abrangência da Comercialização do Produto Acabado ou Material Reprodutivo:	<input type="checkbox"/> Nacional	<input checked="" type="checkbox"/> Internacional	*
Adicionar Países: *			
<input type="button" value="Adicionar +"/>			

*preenchimento obrigatório

7. Registro, ou equivalente, em órgão de controle

Adicionalmente, será questionado se houve registro, ou equivalente, do Produto Acabado ou Material Reprodutivo em outros órgãos de controle e, em caso positivo, o código do registro ou equivalente no respectivo órgão.

Registro, ou equivalente, em órgãos de controle:

Adicionar + *

Registro, ou Equivalente, do Produto Acabado ou Material Reprodutivo em Outros Órgãos de Controle:

Código do Registro ou Equivalente no Respetivo Órgão:

Selecione

Selecione

ANVISA

INPI

MAPA - Registro Nacional de Cultivares

MAPA - Registro de Produtos

Escritório de Patente Internacional

Outro

Não Possui Registro ou Equivalente

Limpar


Salvar

Cancelar

* preenchimento obrigatório

8. Indicação da data prevista para início da comercialização e se o produto permanecerá sendo explorado economicamente

Finalmente, será solicitada a “Data prevista para início da comercialização” e questionado se “O produto ainda será ou permanecerá sendo explorado comercialmente?”.

Data Prevista para Início da Comercialização: * 

*preenchimento obrigatório

O produto ainda será ou permanecerá sendo explorado economicamente?

Selecionar

Selecionar

Sim

Não

*preenchimento obrigatório

9. Termos de uso

Ao final do preenchimento do formulário de cadastro de Notificação, será necessário **aceitar os Termo de Uso do SisGen**. Logo abaixo são apresentadas as opções para **“Salvar Rascunho”** e **“Cadastrar”**.

Termos de uso do SisGen:

Ao realizar este cadastro no SisGen, o usuário reconhece e declara:

- I. Ter conhecimento da legislação pertinente, em especial da Lei nº 13.123/2015, e de seus regulamentos;**
- II. estar ciente do compromisso de não revelar informação reconhecida como sigilosa a que vier ter conhecimento pelo SisGen, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, conforme disposto na legislação vigente (Arts. 153, 154 e 325 do Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848/1940); e**
- III. ter conferido e ser o detentor dos dados acima informados, respondendo pela sua veracidade, e que os documentos anexados são fac símile dos originais e estarão disponíveis para conferência pelos órgãos competentes, sempre que solicitado, sob pena prevista nos Arts. 299, 307 e 308 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940).**

☐ **Eu li e concordo com os termos de uso.**

Cadastrar

Salvar Rascunho

10. Consulta às Notificações cadastradas

Depois de submetido o cadastro de Notificação, será possível resgatar as informações cadastradas clicando-se na opção “**Notificações Cadastradas**” no menu localizado à esquerda.

Na tela apresentada são apresentados links para **visualizar** ou **editar** o **cadastro de notificação**, assim como para impressão do comprovante de **cadastro de notificação** e da **certidão**.

PÁGINA INICIAL > NOTIFICAÇÃO > ATUALIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO

Atualização da Notificação

ATIVIDADE DE ACESSO
Novo Cadastro
Acessos Cadastrados

REMESSA
Novo Cadastro
Remessas Cadastradas

NOTIFICAÇÃO DE PRODUTO
Novo Cadastro
Notificações Cadastradas

Notificações Cadastradas

Código Identificador:

6 registros encontrados

Número da Notificação	Tipo de Usuário	Tipo de Produto	Data	Situação	Situação da RB	Prazo de Apresentação do ARB	Editar	Visualizar	Comprovante	Certidão
NA66F6B	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Material Reprodutivo - Para atividades agrícolas (meio da cadeia produtiva)	29/03/2017 11:42:00	Ativa	Isento	N/A				
N111F54	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Material Reprodutivo - Para Atividades Agrícolas (último elo da cadeia produtiva)	29/03/2017 11:45:00	Ativa	Pendente	N/A				

Orientações CAR/SNE:

O Comprovante de Cadastro de Notificação constitui documento hábil para demonstrar que o usuário prestou as informações que lhe eram exigidas e produz os seguintes efeitos:

- A. Permite a exploração econômica do produto acabado ou material reprodutivo;
- B. Estabelece o início do procedimento de verificação previsto na Seção VII do Decreto nº 8.772, de 2016.

O usuário não necessitará aguardar o término do procedimento de verificação para iniciar a exploração econômica.

A Certidão será disponibilizada ao usuário pelo SisGen após decorrido o prazo do procedimento administrativo de verificação e contera declaração de que o cadastro:

- A. não foi objeto de requerimento de verificação; ou
- B. foi objeto de requerimento de verificação e que este não foi acatado.

A Certidão possibilita que o usuário seja inicialmente advertido pelo órgão fiscalizador antes de receber qualquer outra sanção administrativa, caso a autuação ocorra sobre fatos informados no respectivo cadastro de notificação



VI. CREDENCIAMENTO DE COLEÇÃO EX-SITU

1. Tipo de usuário

O primeiro passo para acessar o SisGen (<https://sisgen.gov.br>) é cadastrar-se como pessoa física mediante indicação de vínculo institucional com a Embrapa ([ver pág. 12](#)). Após esse procedimento, o sistema irá apresentar duas opções no campo “Tipo de Usuário”: “**Independente**” e “**Embrapa**”, sendo esta última a opção que deverá sempre ser selecionada no momento do cadastramento das atividades.

Novo Credenciamento

Tipo de Usuário:

Independente ▼

*preenchimento obrigatório

Orientações CAR/SNE:



O credenciamento de instituição nacional que mantém coleção ex situ de amostras que contenham o patrimônio genético é facultativo, sendo que a listagem de coleções credenciadas será utilizada basicamente para alocação de recursos do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB).

A partir do início da vigência da Lei nº 13.123, de 2015 (17/11/2015), deixou de existir a exigência de comprovação de depósito de subamostras, que era prevista na Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

No entanto, no caso específico de acesso ao patrimônio genético de **variedade tradicional local ou crioula**, o usuário deverá depositar material reprodutivo da variedade objeto de acesso em coleção ex situ mantida por instituição pública, salvo quando a variedade tiver sido obtida na própria coleção.

Conceitos Aplicáveis:

Variedade tradicional local ou crioula - variedade proveniente de espécie que ocorre em condição in situ ou mantida em condição ex situ, composta por grupo de plantas dentro de um táxon no nível mais baixo conhecido, com diversidade genética desenvolvida ou adaptada por população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional, incluindo seleção natural combinada com seleção humana no ambiente local, que não seja substancialmente semelhante a cultivares comerciais.

Material Reprodutivo - material de propagação vegetal ou de reprodução animal de qualquer gênero, espécie ou cultivo proveniente de reprodução sexuada ou assexuada.

2. Coleção ex situ e Grupos Taxonômicos Colecionados

Indicar o nome da coleção e os grupos taxonômicos conservados na coleção.

Coleção Ex Situ:	<input type="text"/>
Grupos Taxonômicos Colecionados:	<input type="text"/>

*preenchimento obrigatório

3. Adicionar Tipo de Amostra Conservada:

Adicionar informações sobre o tipo de amostras conservadas na coleção, sobre a capacidade total para o armazenamento de amostras e sobre os métodos de armazenamento e conservação.

Adicionar Tipo de Amostra Conservada: *

Adicionar +

Tipo de Amostras Conservadas:

Capacidade Total para o Armazenamento de Amostras:

Métodos de Armazenamento e Conservação:

Limpar

Salvar

Cancelar

*preenchimento obrigatório

4. Adicionar Curador

Incluir CPF e nome do(s) curador(es) da coleção.

Adicionar Curador: *

Adicionar +

CPF:

*

Nome:

*

Limpar

Salvar

Cancelar

*preenchimento obrigatório

5. Termos de uso

Ao final do preenchimento do formulário de Credenciamento de Coleção ex situ, será necessário aceitar os Termo de Uso do SisGen. Logo abaixo será apresentada a opção “Cadastrar” para efetivação do credenciamento da coleção.

Termos de uso do SisGen:

Ao realizar este cadastro no SisGen, o usuário reconhece e declara:

I. Ter conhecimento da legislação pertinente, em especial da Lei nº 13.123/2015, e de seus regulamentos;

II. estar ciente do compromisso de não revelar informação reconhecida como sigilosa a que vier ter conhecimento pelo SisGen, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, conforme disposto na legislação vigente (Arts. 153, 154 e 325 do Código Penal Brasileiro - Decreto-Lei nº 2.848/1940); e

III. ter conferido e ser o detentor dos dados acima informados, respondendo pela sua veracidade, e que os documentos anexados são fac símile dos originais e estarão disponíveis para conferência pelos órgãos competentes, sempre que solicitado, sob pena prevista nos Arts. 299, 307 e 308 do Código Penal Brasileiro(Decreto-Lei nº2.848/1940).

☐ **Eu li e concordo com os termos de uso.**

Cadastrar

*preenchimento obrigatório

6. Consulta aos Credenciamentos cadastrados:

Depois de submetido o cadastro de Credenciamento de Coleção ex situ, será possível resgatar as informações cadastradas clicando-se na opção “**Credenciamentos Cadastrados**” no menu localizado à esquerda.

Na tela apresentada são apresentados links para **visualizar** ou **editar** o cadastro.

Atualização do Credenciamento					
Credenciamentos Cadastrados					
ID	Coleção ExSitu	Grupo	Status	Editar	Visualizar
C3C58D6	coleção	manihot	pendente		

